



Handwritten initials and a signature in blue ink.

município  
**tavira**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

ATA n.º 2/2023

Sessão Ordinária Pública, de 27 de abril de 2023

**Local:** Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.

### Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

### Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PPD/PSD);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PPD/PSD);
- Jovita Fátima Romano Ladeira (PS);
- Liliana Ribeiro Fernandes (PPD/PSD);
- David Martins (PS);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);
- Gisela Sofia Viegas (PS);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PPD/PSD);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);



- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS).
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PPD/PSD);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS).

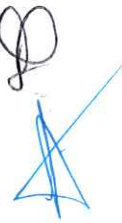
**Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:**

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

**Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:**

- João Pedro Rôlo Correia (PPD/PSD)





--- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** José Manuel Madeira Guerreiro, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e oito minutos.-----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, os deputados municipais, os presidentes de junta, os funcionários da biblioteca, o secretariado de apoio, o público presente e o que estava a assistir via página do Facebook do Município de Tavira, os funcionários da biblioteca, os técnicos da informática, som e imagem. -----

--- Informou que tinha havido um pedido de substituição da bancada do Partido Social Democrata (PSD), do deputado municipal João Correia.-----

--- Referiu que a **Segunda Secretária Muriel Cristina Dias Neto** iria fazer a chamada.-----

--- **Presenças:** Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Liliana Ribeiro Fernandes, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás. -----

--- O Deputado Municipal Jorge Humberto Martins Corvo não se encontrava presente no momento da chamada, tendo entrado na sessão pelas 21 horas e 13 minutos.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** José Manuel Madeira Guerreiro, deu a palavra à segunda secretária Maria Margarida Flores, para informar sobre a correspondência recebida, desde a última sessão da Assembleia. -----

--- **A Primeira Secretária Maria Margarida Flores**, cumprimentou todos os presentes, informou os membros da Assembleia Municipal, nos termos alínea m) do artigo 7º do regimento, que desde a última sessão tinha sido recebida pela mesa a seguinte correspondência: -----

--- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve remeteu para conhecimento o despacho (n.º 3483/2023, de 17 de março) sobre APOIAR FREGUESIAS | Emergência de Saúde Pública da Doença COVID-19;-----

- A Assembleia Municipal de Castro Marim, remeteu para conhecimento o ofício n.º3590 sobre o Mapa dos Auxílios com finalidade regional de Portugal – Pedido de alteração de mapa;
- A Múncipe Ângela Rosa, remeteu exposição sobre os Jardins Alimentares: o orçamento participativo e quando os processos não correm lá muito bem;-----
- O Deputado João Pedro Rolo Correia, solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 27 de abril de 2023; -----
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve remeteu para conhecimento a apresentação do programa regional algarve 2030; -----
- A DFK, Ferro, Silva & Associados, SROC, Lda., remeteu memorando da auditoria do Município de Tavira do ano de 2022; -----
- O Tribunal Constitucional, remeteu notificação de acórdão nº 197/23 – Proc.º 401/2020; ---
- A Comunidade Intermunicipal do Algarve, remeteu convocatória da Sessão Assembleia Intermunicipal, 28.04.2023, em Lagos; -----
- A Associação Nacional de Assembleias Municipais, informou que em colaboração com a Porto Editora, elaborou um curso de Literacia Política e Cidadania;-----
- O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, informou que não iria estar presente na Sessão Solene Alusiva ao 25 de abril; -----
- O Partido Socialista, remeteu dois votos de pesar e uma recomendação para apresentação, discussão e votação na sessão de 27.04.2023; -----
- O Partido Social Democrata, remeteu dois votos de congratulação, para apresentação, discussão e votação na sessão de 27.04.2023. -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** deixou uma nota sobre a forma como iria decorrer a sessão, iriam ser colocadas à votação as Atas das sessões ordinárias de 22 de junho, 30 de setembro, 19 de dezembro de 2022 e da sessão extraordinária de 17 de outubro de 2022, apresentação dos dois votos de pesar, uma recomendação e dois votos de congratulação, seguindo-se o período antes da ordem do dia, a ordem do dia e a intervenção do público. -----
- Disse que o público que quisesse intervir teria de se inscrever, devendo fazê-lo até ao final do período antes da ordem do dia e lembrou que o público não poderia intervir sobre assuntos que fizessem parte da ordem do dia e que as intervenções não deveriam exercer os três minutos. -----
- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à discussão os VOTOS DE PESAR – a JOÃO MANUEL GUERREIRO e JOSÉ NUNES RACHA BAPTISTA, apresentados pelo Partido Socialista (PS)**-----
- **O Deputado Municipal José Graça**, cumprimentou o Presidente e todos os membros da Assembleia Municipal, os membros da Câmara Municipal, todos os colaboradores do

município que asseguravam os trabalhos da sessão e ao público presente e ao que seguia através das redes sociais. -----

--- Referiu que a bancada do Partido Socialista apresentava os votos de pesar pelo falecimento de dois dirigentes associativos. Sendo pessoas que não tinham dado muito nas vistas eram profissionais de excelência dedicadas às suas artes.-----

--- O João Manuel Guerreiro, tinha falecido aos 58 anos, autodidata ultrapassando os seus mestres, conhecido como acordeonista, músico em diversos grupos de baile e pela sua carreira internacional ao serviço do Rancho Folclórico da Luz de Tavira. -----

--- O José Nunes Racha Baptista, tinha sido funcionário do município, tendo dedicado muito à cultura local, nomeadamente à tradição das charolas e ao teatro, ficando ligado à casa de Povo da Conceição de Tavira, aos Campeiros, ao Grupo Vós-ó-Fica. Ao longo dos anos procurou preservar e valorizar a cultura local e as tradições dos territórios do Barrocal Algarvio. -----

--- Propôs que os votos pudessem ser votados em conjunto, pois a intenção era a mesma, homenagear duas personagens do tecido associativo local do Concelho de Tavira.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o sentido de voto dos VOTOS DE PESAR – a JOÃO MANUEL GUERREIRO e JOSÉ NUNES RACHA BAPTISTA, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexam a esta ata como documentos número um e dois. -----**

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à discussão uma RECOMENDAÇÃO – RECONHECIMENTO DE TAVIRA COMO DESTINO NÁUTICO DE EXCELÊNCIA, apresentada pelo Partido Socialista (PS)-----**

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, o executivo, os Deputados Municipais, disse que a proposta de recomendação que a bancada do Partido Socialista apresentava, tinha no seu âmago o reconhecimento de Tavira como destino náutico de excelência.-----**

--- Alertou para a importância da criação de uma estação náutica de Tavira. Disse que existiam manifestações e manifestas razões que provavam que aquele desidrato devia ser abraçado por todos e não só por alguns.-----

--- *“Tavira sempre esteve ligada ao mar e à Ria Formosa. -----*

--- *As atividades de pesca ininterruptas ao longo dos tempos, o acesso às suas ilhas e praias, as importantes comunidades piscatórias de Tavira, Santa Luzia, Cabanas e da Luz de Tavira, a zona das 4 Águas e a atividade náutica desportiva promovida especialmente pelo Clube Náutico de Tavira, com tantos prémios e campeões que ao longo do tempo foram e são o orgulho dos tavirenses.”-----*

--- Assim, como inúmeras organizações, e era preciso esclarecer e tomar nota dos campeonatos internacionais que tinham trazido a Tavira milhares de velejadores de todo o mundo. -----

--- Recordou, também a pequena frota de recreio que existia no concelho de Tavira e que teria condições para crescer muito e trazer mais qualidade de vida aos tavirenses se outras condições houvessem para amarração dessas embarcações. -----

--- Relembrou, o turismo náutico, fator de extrema importância para as zonas ribeirinhas, como se podia constatar nas restantes cidades Algarvias com portos de recreio. Aquele vetor de desenvolvimento das zonas ribeirinhas aportava riqueza e mexia com a economia daquelas localidades, criando postos de trabalho diretos e indiretos. -----

--- Destacou, como muito positivo, os investimentos efetuados nos últimos anos, dos quais destacou a requalificação da margem direita do Gilão em termos de espaço para barcos de pesca e que no futuro eventualmente poderia servir para embarcações de recreio, no caso de se criarem outro tipo de condições para os pescadores do concelho, e a travessia comercial para a praia, os novos cais na ilha de Tavira, Santa Luzia e Cabanas assim, como os cais destinados às embarcações de pesca nestas duas localidades piscatórias no concelho, assim como outros investimentos necessários em termos de apoio aos pescadores. -----

--- Mencionou que aqueles investimentos tinham sido de valor inquestionável para o concelho de Tavira, mas estava preocupada dado que as obras previstas para Tavira pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A. (POLIS), tinham ficado por requalificar na sua totalidade, o Cais das 4 Águas e o pequeno porto de recreio diante do Clube Náutico. -----

--- Tinha conhecimento e saudava a enorme determinação e vontade do executivo, na pessoa da Presidente da Câmara Municipal, de melhorar as condições dos três vetores da náutica no concelho de Tavira, a náutica de recreio, o desporto náutico e o turismo náutico, que tinha vindo a acontecer. Realçou que tinha havido empenho em desenvolver e implementar de forma determinada e progressiva uma estratégia de investimento público e privado nas condições de apoio à atividade piscatória e de desenvolvimento da náutica de recreio em termos futuros. -----

--- *“Pelo que, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23 n.º 2 h) do Regimento da Assembleia Municipal de Tavira e do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, vêm recomendar ao Executivo que: -----*

--- 1. *Desenvolva todos os esforços para que Tavira também seja reconhecido como um destino náutico de excelência; -----*

--- 2. *Que na concretização deste objetivo, o executivo encete todos os esforço para que, nomeadamente, na revisão do atual Plano Diretor Municipal (PDM) e outros instrumentos de -----*



*gestão territorial, se desenvolva um projeto de desenvolvimento a vários anos, que tenha uma linha orientadora, com tarefas a cumprir nas diferentes ações e objetivos;* -----

--- 3. *Que os futuros investimentos a realizar, promovam a criação de lugares de amarração, em portos de recreio ou outros, desenvolvam as atividades de manutenção de embarcações, atividades marítimo-turísticas e oferta de serviços complementares;*-----

--- 4. *Que se criem condições para a excelência da prática dos desportos náuticos, e se encare com importante e estratégico a criação de uma estação náutica de Tavira em rede com as demais estações náuticas nacionais e internacionais;*-----

--- 5. *Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta apresentada pelo PS de recomendação, para conhecimento e divulgação à Câmara Municipal de Tavira, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.”* -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes**, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, os Deputados Municipais, os tavirenses presentes e os que estavam a acompanhar pelas redes sociais.-----

--- Cumprimentou o Partido Socialista e concordou na generalidade com o tinha sido apresentado no documento, a bancada do Partido Social Democrata (PSD) concordava em absoluto que existiam todas as condições para colocar Tavira como referência no setor náutico, no entanto consideravam que as recomendações que a Deputada Municipal tinha acabado de ler não eram as que tinham sido apresentadas no documento entregue às bancadas, notando-se uma grande discrepância, pelo que questionava se iriam votar também as alterações ao documento, pedindo esclarecimentos.-----

--- Questionou a Presidente da Câmara Municipal se não estava previsto na revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) a inclusão das infraestruturas de apoio de portos de recreio ou similares. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira**, confirmou que tinha aditado alguns parágrafos ao documento que tinha sido entregue anteriormente, mas entendia que as alterações eram transversais ao interesse do concelho de Tavira, dos seus munícipes e da bancada parlamentar do PSD e do CHEGA. Disse ainda, que não tinha havido alteração do objetivo principal na generalidade da proposta.-----

--- Após uma leitura mais atenta, e como o documento seguiria para vários organismos, tinha verificado a necessidade de introduzir dois ou três parágrafos adicionais e tinha ficado assente que essa introdução iria ser efetuada durante a manhã seguinte, havendo, o cuidado de



contatar o Presidente da Assembleia Municipal que por sua vez contactaria a líder de bancada do PSD.-----

--- O aditamento à proposta apresentada foi a introdução de um parágrafo e o complemento ao parágrafo número 4, por um lado para referir que tinha havido velejadores de todo mundo em Tavira, por outro para relembrar a pequena frota de recreio que existia e a necessidade de haver um maior número de locais para amarração, bem como a importância que tinha para o desenvolvimento económico do Concelho Tavira a existência de uma estação náutica de Tavira e aquilo que aportava para toda a população do concelho, criação de mais postos de trabalho, quer diretos, quer indiretos. O parágrafo que tinha sido introduzido mencionava a preocupação que recaía sobre o facto da Sociedade POLIS não ter efetuado a requalificação na totalidade do Cais das Quatro Águas bem como o pequeno porto de recreio dentro do Clube Náutico de Tavira.-----

--- Disse que acreditava que os aditamentos efetuados à proposta eram do interesse geral, não tendo havido qualquer motivação político-partidária, ou obtido benefícios em função do que ali tinha sido apresentado.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a decisão nos membros da Assembleia Municipal de aceitarem ou não as alterações efetuadas ao documento a votação.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo**, tomou a palavra e em primeiro lugar, saudou todos os presentes bem como a quem assistia em casa, e em segundo lugar pediu desculpas pelo atraso, todavia tinha estado impedido de sair de casa. -----

--- Referiu que o assunto em causa era de tal forma importante e estruturante para a cidade e para o concelho de Tavira, que merecia um conhecimento mais profundo por parte de todos os membros da Assembleia Municipal, de todos os intervenientes políticos e da população em geral. -----

--- Considerou, a recomendação importante, alegando a urgência de haver um consenso na matéria apresentada. Afirmou ainda que acreditava que a população em geral não saberia a importância de uma estação náutica na sua plenitude e das potencialidades que a mesma tinha para o concelho de Tavira. -----

--- Sugeriu que fosse convocada uma audição na Assembleia Municipal com José Massapina para o mesmo efetuar uma apresentação, à semelhança do que já tinha sido efetuada anteriormente, com a explicação do que era uma estação náutica, para que servia e quais as potencialidades para o concelho de Tavira. -----

--- Propôs que depois fosse elaborado um documento em conjunto e definitivo, caso se considerasse do interesse de todos, onde estariam explanadas as recomendações macro para as questões náuticas e que as mesmas fossem seguidas em termos políticos. -----





- Afirmou que não conhecia da Presidente da Câmara Municipal nenhum pensamento estruturado relativamente à náutica, o que se queria e pretendia fazer. -----
- Recordou que em Tavira apenas existia uma doca legalmente constituída, que pertencia ao Ginásio Clube de Tavira, para receber barcos de recreio, todas as outras embarcações estavam na Ria sem qualquer ordenamento ou segurança. -----
- Deixou a proposta para a apresentação em referência, alegou que anteriormente já tinha sido feita uma apresentação na Assembleia Municipal e que alguns dos presentes já tinham assistido, acreditava que seria o tempo e a oportunidade para ser apresentado esse documento, e depois redigir-se-ia uma recomendação única, que pela primeira vez orientar-se-ia num pensamento comum na área náutica, para todos os tavirenses e que em termos políticos fosse seguida para não se andar de projeto em projeto. -----
- Acreditava que depois seria mais fácil falar a uma só voz e a uma só vontade. -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal**, solicitou ao líder de bancada do PS que se pronunciasse sobre a proposta do deputado Jorge Corvo.-----
- **O Deputado Municipal José Graça**, defendeu que a bancada do Partido Socialista considerou que era o momento oportuno para apresentar a proposta com aquele conteúdo e com aquele alcance. Consideravam que a proposta apresentada pela bancada do PSD, pelo Deputado Municipal Jorge Corvo, era positiva, o que não invalidava que a Assembleia Municipal dedicasse uma sessão extraordinária às questões da náutica e do ordenamento. -----
- Considerava que se estava numa fase determinante do processo de elaboração do PDM com nova legislação, com novos prazos concedidos e com o início de operacionalização da estratégia Portugal 2030, seria importante não perder muito mais tempo com a aprovação da proposta. -----
- Argumentou que a situação das estações náuticas não era novidade, ao contrário da preocupação de voltar a olhar para o que ficou por fazer pela Sociedade POLIS. -----
- Quando a Sociedade POLIS tinha sido criada, tinha-se acreditado que a mesma iria dar um contributo muito positivo para todo o ordenamento do território da Ria Formosa, mas infelizmente tinha ficado muito por concretizar. -----
- Por outro lado, o processo de descentralização de competências para as autarquias locais naquele domínio ainda estava a decorrer, por isso considerava ser importante aprovar a proposta apresentada.-----
- Disse que quando o Presidente da Assembleia Municipal achasse oportuno e houvesse disponibilidade dos intervenientes externos poder-se-ia no âmbito da Assembleia Municipal fazer uma sessão para a apresentação dos vários projetos para o Litoral do Concelho de Tavira.
- Sugeriu manter a recomendação apresentada. -----



--- **A Presidente da Câmara Municipal Ana Paula Martins**, cumprimentou todos, o Presidente da Assembleia Municipal, as secretárias da mesa da Assembleia, o Executivo, os Deputados Municipais, os Presidentes de Junta de Freguesia, o público presente e o que assistia a partir de casa e o staff de apoio que garantia a transmissão da Assembleia Municipal.-----

--- Esclareceu que existiam diferenças entre infraestruturas náuticas e estações náuticas. Uma estação náutica era mais abrangente e implicava outras valências, não contemplando só infraestruturas náuticas, muitas tinham também uma vertente turística.-----

--- Disse que daquilo que já tinha sido apresentado anteriormente, e com o qual se identificava, pelo José Massapina, pessoa com grande conhecimento e experiência na área, tinha sido referido muitas questões, algumas das quais poderiam ser feitas pela parte pública, pela Câmara Municipal, outras pelos privados, mas o ordenamento da Ria Formosa, os fundeadouros uns eram da competência do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – (ICNF), outros da Agência Portuguesa do Ambiente – (APA), o que implicava que uma intervenção daquela natureza envolvesse competência de vários organismos.-----

--- Percebeu o que o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha querido dizer. Efetivamente a Câmara Municipal podia apresentar uma estratégia para a náutica em Tavira, mas haveria a necessidade de contratar, por falta de capacidade e conhecimento, para desenvolver o projeto, podendo dar as linhas orientadoras do que a câmara pretendia, e disse que acreditava que a recomendação apresentada era naquele sentido.-----

--- Respondeu à questão da bancada do PSD, sobre o novo PDM tinha previsto apenas um porto de pesca sem valência de recreio, a previsão de localização era em frente ao Mercado Municipal, tendo-se solicitado uma valência mista, porto de pesca e de recreio, acreditava que seria uma promessa de ambos os programas eleitorais, existia outra localização prevista, na outra margem do rio e também existia a pretensão de um privado no porto para as “Quatro águas”.-----

--- Todas as localizações tinham merecido parecer das várias entidades que se tinham manifestado na primeira Conferência Procedimental, a Câmara Municipal ia tentando negociar de modo a manter as três localizações daquelas pequenas infraestruturas náuticas. Duas de recreio e a que ficaria em terreno municipal misto.-----

--- Outra questão que a Câmara Municipal estava envolvida, era com o alargamento dos portos de pesca de Cabanas e de Santa Luzia, pensava que com um reduzido impacto ambiental e com investimento mínimo poderiam ter resultados e conseguir tirar muitas embarcações do meio da ria, que se encontrava extremamente perigosa, nomeadamente durante o verão o canal de Cabanas era caótico.-----



--- Comunicou, que sabia que a Torres de Aires tinha fundeadouros georreferenciados da APA, e após uma conversa com o Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira, falou com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no sentido de aferir a possibilidade de ter fundeadouros e ordenar a Ria em “Quatro Águas”, Santa Luzia e em Cabanas, ao que o ICNF respondeu que à data não dispunha de verba para realizar a obra e que naquele momento estavam a apresentar uma proposta para fundeadouros em Olhão, que depois teriam que ser geridos por uma associação, pela Junta de Freguesia ou pela Câmara Municipal, caso assim fosse o entendimento-----

--- Falou com o ICNF no sentido que, caso o projeto de Olhão corresse bem, era pretensão da Câmara Municipal Tavira ter também os fundeadouros, disse que a CMT estava disposta a colaborar, e numa fase seguinte efetuar uma candidatura e ajudar a encontrar quem faça a gestão/ concessão desses fundeadouros, por isso, apesar de não ter a estratégia escrita, vinha trabalhando para criação de algumas infraestruturas náuticas. -----

--- A estação náutica é de uma dimensão superior, merecendo que no futuro seja gerida por uma associação, mas numa primeira fase e pela importância estratégica que o Turismo Náutico possa trazer para o Concelho de Tavira, à semelhança dos Concelhos de Olhão e Lagos, pensava que deveria ser o Município a construir a estratégia, com o contributo dos especialistas, como por exemplo, o Clube Náutico de Tavira e o Ginásio Clube de Tavira (tendo este já uma doca de recreio). -----

--- Acreditava que das três pequenas infraestruturas existentes, algumas teriam que passar na revisão do PDM, no seu entender o fato de realçar às entidades que se queria evoluir naquela matéria, que eram assuntos importantes para todos, de forma transversal também a todos os que tinham representação política na Assembleia Municipal, marcavam a posição que realmente queriam avançar e que se tornasse uma realidade. -----

--- Aceitava a recomendação e alegou que se teria de procurar um parceiro que efetuasse o estudo estratégico da Estação Náutica sendo algo mais abrangente, complementar e que serviria muito melhor que as pequenas infraestruturas.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira**, depreendeu das palavras da Presidente da Câmara Municipal que tinham as mesmas preocupações relativamente às questões náuticas para Tavira, e que tinha estado a desenvolver com o restante executivo todas as diligências necessárias para que possa acontecer.-----

--- Disse que era bom que ficasse registado, porque às vezes os papéis registavam palavras, mas não registavam atos, existiam um conjunto de intervenções e investimentos que tinham vindo a ser feitas, intervenções estruturantes, que faziam parte de uma linha de pensamento da importância náutica para o Concelho de Tavira. -----



- A estação náutica de Tavira envolvia muito mais, sendo estruturante para o concelho podia atravessar dois ou três mandatos, mas que era importante dar o impulso de partida. Comungava da postura da Presidente da Câmara Municipal, e era importante dar nota às instituições, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e a todos os organismos que estavam na revisão do PDM da postura da Assembleia Municipal, porque a Assembleia Municipal representava o Município de Tavira e todos os seus residentes. -----
- Tinha percebido que a bancada do PSD reconhecia a importância e o momento oportuno do impacto da recomendação e propunha à bancada do PSD, associarem-se ao voto para uma recomendação conjunta, considerando que o Concelho de Tavira ganharia muito mais se forem reunidos esforços conjuntos junto dos organismos municipais e nacionais.-----
- Quem ganhava era o Concelho de Tavira e afirmou que seria interesse de todos enquanto representantes eleitos.-----
- Acreditava que adiar mais, não seria oportuno, mas concordava com o convite ao conterrâneo José Massapina, porque tinha experiência na área da náutica.-----
- Uma Assembleia Municipal Extraordinária, tendo como ponto único tudo o que envolvia uma Estação Náutica para Tavira, seria muito bom para o Concelho de Tavira, explicar à Assembleia Municipal e aos Tavirenses toda a envolvência da Estação Náutica para Tavira e dar nota à CCDR e a todos os organismos que estavam envolvidos na revisão do PDM, que percebessem que em Tavira havia um sentimento comum.-----
- **O Deputado Municipal Artur Gomes**, disse que concordavam em absoluto que era urgente trabalhar naquele assunto, o qual tinha estado nos programas eleitorais das duas bancadas desde 2009.-----
- Alegou que o pretendido era tirar os partidos da proposta. Compôr uma proposta neutra de recomendação. Uma recomendação não era vinculativa, não vinculava o executivo a nada. Acreditava que o documento podia ser melhorado e apresentado um documento conjunto, de todos os representantes dos tavirenses, para se levar às autoridades e o executivo sair reforçado. Aquela era a sugestão da bancada do PSD.-----
- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira**, defendeu que o documento estaria bem estruturado, bem organizado, oportuno no tempo e tinham dado a oportunidade de ser um documento conjunto dos partidos com assento na Assembleia Municipal.-----
- **A Deputada Municipal Margarida Flores**, recordou que o que foi apresentado era uma recomendação, era o início de uma conversa/debate, não era um documento fechado, tinha sido levado ao órgão da Assembleia Municipal por ser tão importante para o desenvolvimento da cidade.-----



--- **O Deputado Municipal Artur Gomes**, alegou que a proposta estava muito bem estruturada, mas disse que gostava de a ver, pois como a Deputada Municipal Jovita Ladeira, transmitiu aditou-a, e no Regimento da Assembleia Municipal, não estava previsto nenhum tipo de aditamento às propostas a votação, portanto não fazia ideia do que estava a falar, motivo pelo qual não concordava. Se fosse para manter a proposta original e retirar o terceiro parágrafo da mesma, a bancada do PSD votaria em bloco.-----

--- Alegou que não queriam politizar a proposta.-----

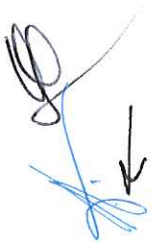
--- Se estava previsto desde 2009, nos dois programas eleitorais do PS e do PSD, e era preciso uma recomendação para reforçar a posição do executivo, seria porque algo não estava a ser feito.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira**, disse que tinha sido clara, quando levantaram as questões daquilo que foi aditado, acreditava que deveria ter liberdade de aditar, desde que, quando fosse feita a intervenção ficasse registado, e disse que tinha sido muito clara em, ler na sua intervenção o que tinha sido aditado, portanto se o deputado municipal dizia que não fazia ideia do que se estava a falar então é porque não tinha estado atento ou então não tinha querido ouvir a primeira questão.-----

--- Alertou o Deputado Municipal Artur Gomes que tinha dito que subscreviam, a recomendação se fosse retirado terceiro parágrafo, e leu: *"Temos conhecimento e saudamos muito positivamente enorme terminação e vontade do executivo na pessoa da Presidente Dra. Ana Paula Martins, de melhorar as condições da náutica no nosso concelho e desenvolver, implementar de forma determinada e progressiva uma estratégia de investimento público e privado nas condições de apoio à atividade piscatória e de desenvolvimento da Náutica de recreio termos futuros."*, mas isso era uma evidência, não havendo interesses político-partidários. Acreditava que não havia interesse político-partidário, na bancada do PSD, mas o que tinha sido referenciado na intervenção da Presidente da Câmara Municipal tinham sido os investimentos que tinham sido feitos e que tinham que dizer que tinham sido realizados, porque aconteceram, mas também tinham falado nos investimentos que não aconteceram, lamentou por isso.-----

--- E se a questão da náutica era tão estruturante para o Concelho e de tanta importância, porque não iria a bancada do PSD associar-se à recomendação. Afirmou que não iriam retirar nada.-----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes**, arguiu que só pela inflexibilidade demonstrada perante toda a Assembleia Municipal e por todos os Tavirenses, e como não estava minimamente disponível para mudar uma única letra do documento, e por isso, apesar de



concordarem e subscreverem a intenção. Com muita pena, a bancada do PSD iria abster-se, caso não estivesse disponível para chegar a um consenso. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo**, disse que quem ficava a perder seria sempre a cidade e no caso em particular a náutica e a visão para a náutica. -----

--- O desenvolvimento náutico em Tavira tinha sido muito pouco, até comparativamente com algumas cidades vizinhas com muito menos condições para a náutica que Tavira.-----

--- Falou do terceiro parágrafo, reduzir os esforços que tinham sido feitos a uma única pessoa, que como disse na sua intervenção anterior, não sabia exatamente as posições em que se encontravam, não concordava. Existia um projeto que envolvia a possibilidade de implantação de um Porto de Recreio numa zona em confrontação com viveiristas e com todo o espaço que tinha que ser organizado, não se sabia ao certo qual era a posição. E portanto, reduzir tudo aquilo a uma única pessoa, quando algumas das infraestruturas existentes eram do executivo do PS do Dr. Jorge Botelho, não fazia sentido. -----

--- Se queriam tornar o documento político, muito mal andava a política em Tavira. Pediu razoabilidade a todos e um equilíbrio para que se pudesse aprovar o documento em questão --

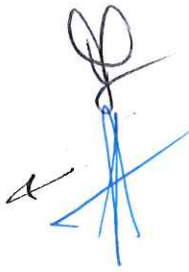
--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira**, expôs que o documento não tinha sido reduzido a uma única pessoa, mas sim, tinham colocado a informação, determinação e vontade do Executivo na pessoa da Presidente da Câmara Municipal, era todo o executivo, liderado pela Dra. Ana Paula Martins. -----

--- Alegou que não eram inflexíveis, constatavam apenas a realidade. -----

--- Mas recuando uns anos atrás, disse que devia ser investigado, e saber quem tinha despachado favoravelmente a possibilidade de existirem portos de recreio em Tavira e quem tinha inviabilizado, que tinha colocado um travão no desenvolvimento da náutica no concelho de Tavira.-----

--- Sendo um assunto estruturante para o concelho, não tinha cores políticas, mas tinha evidências das coisas. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a RECOMENDAÇÃO (enviada por correio eletrónico) – RECONHECIMENTO DE TAVIRA COMO DESTINO NÁUTICO DE EXCELÊNCIA**, que se anexa a esta ata como documentos número três, sendo aprovada por maioria com dezasseis (16) votos a favor dos deputados municipais José Guerreiro, Maria Margarida Alves, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Palmeira, Gonçalo Santos, Nuno Mateus, Maria Romão, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins e onze (11) abstenções dos deputados municipais Muriel Neto, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Silvino Oliveira, Líliliana Fernandes, Ana Baioa, Ana Pacheco, Jorge Cruz, Sónia Tomás, Artur Gomes e Rafael Dias. -----



--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o VOTO DE CONGRATULAÇÃO – CLUBE DE KARATÉ DE TAVIRA, apresentada pelo Partido Social Democrata (PSD)-----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, executivo Municipal, os Deputados Municipais, os Presidentes de Junta de Freguesia o público presente e o que seguia a sessão em casa. -----

--- **“Clube de Karaté de Tavira pelas classificações obtidas no Torneio Internacional de Karaté Shitoryu Kofukan Cup** -----

--- Queremos congratular o Clube de Karaté de Tavira pelos lugares no pódio obtidos no Torneio Internacional de Karaté Shitoryu Kofukan Cup, que decorreu no passado dia 15 e 16 de abril, em Celje, na Eslovénia. De salientar que a comitiva constituída por 13 pessoas, conseguiu um excelente desempenho nesta competição internacional de onde se destacam os seguintes resultados:-----

Seniores:-----

- 1º lugar kumite: Equipa séniores masculinos (Marco Mealha, Bruno Correia e Vitorino Ribeiro)-----

- 1º lugar Kumite – 84Kg: Bruno Correia-----

- 3º lugar Kata e Kumite: Vitorino Ribeiro-----

Júnior masculino-----

- 2º lugar Kata e Kumite: Guilherme Moura-----

Cadete feminino-----

- 1º lugar Kata: Alice Silva-----

Cadete masculino-----

- 3º lugar Kata: Miguel Pereira-----

Iniciado masculino-----

- 2º lugar Kata: Gabriel Ribeiro-----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 27 de abril de 2023, delibera: -----

- Aprovar publicamente um Voto de Congratulação aos atletas do Clube Karaté de Tavira que subiram ao pódio neste Torneio, bem como aos seus treinadores e dirigentes; -----

- Enviar o presente Voto de Congratulação aos referidos atletas e ao Clube de Karaté de Tavira por estas conquistas;-----

- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, ao executivo da Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.”-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a VOTO DE CONGRATULAÇÃO – CLUBE DE KARATÉ DE TAVIRA, que se anexa a esta ata como documento número quatro, sendo aprovada por unanimidade.-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o VOTO DE CONGRATULAÇÃO – NUNO SIMÃO E LEONOR LOPES, velejadores do Clube Náutico de Tavira, apresentada pelo Partido Social Democrata (PSD)-----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco, *“Nuno Simão e Leonor Lopes, velejadores do Clube Náutico de Tavira, que se apuraram para o Campeonato do Mundo da classe Optimist-*

*--- Queremos congratular o Clube Náutico de Tavira e nomeadamente os velejadores Nuno Simão e Leonor Lopes, que se apuraram no passado dia 15 de abril para o Campeonato do Mundo da classe Optimist, que irá decorrer no próximo verão, na Costa Brava, Espanha!-----*

*No somatório das duas Provas de Apuramento Nacional da classe Optimist, uma que decorreu em Vilamoura e a que terminou no dia 15 de abril, no Porto, o Nuno Simão ficou em 3.º e a Leonor Lopes em 5.º num Ranking, onde, para o Mundial se apuram apenas os 5 primeiros, sendo o ranking composto por mais de 120 velejadores de todo o país.-----*

*Pela primeira vez na história do Clube Náutico de Tavira, 2 velejadores ficaram apurados para o mesmo Campeonato do Mundo.-----*

*Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 27 de abril de 2023, delibera:-----*

- *Aprovar publicamente um Voto de Congratulação aos atletas Nuno Simão e Leonor Lopes, bem como aos seus treinadores e dirigentes;-----*

- *Enviar o presente Voto de Congratulação aos referidos atletas e ao Clube Náutico de Tavira por estas conquistas;-----*

- *Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, ao executivo da Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.”-----*

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a VOTO DE CONGRATULAÇÃO – NUNO SIMÃO E LEONOR LOPES, velejadores do Clube Náutico de Tavira, que se anexa a esta ata como documento número cinco, sendo aprovada por unanimidade.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal, passou a aprovação das atas, que já tinha sido enviada para consulta.-----

--- A ata número quatro (4) referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----





- Em cumprimento do estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, não participam na votação os deputados municipais que não tenham estado presentes na sessão a que a ata diz respeito.-----
- Os deputados municipais Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Silvino Oliveira, Maria Romão e Liliana Fernandes não participaram na votação.-----
- **A ata número cinco (5) referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por unanimidade dos presentes.**-----
- Os deputados municipais Silvino Oliveira, Carlos Sousa, Carla Martins, Nuno Diogo, Ana Palmeira e João Correia não participaram na votação.-----
- **A ata número seis (6) referente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dezassete de outubro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por unanimidade dos presentes.**-----
- Os deputados municipais David Martins, Ana Rita Pacheco, João Correia e Nuno Diogo não participaram na votação.-----
- **A ata número sete (7) referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dezanove de dezembro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por unanimidade dos presentes.**-----
- A Deputada Municipal Muriel Neto não participou na votação.-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período das intervenções.-----
- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco**, falou de um problema que tinha vindo a público, através dos meios de comunicação social, e não só, como eram os atrasos no envio de meios do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), em particular na indisponibilidade de ambulâncias na região Algarvia. Tinha sabido que havia pouco tempo, em Cachopo, um senhor tinha suspeita de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e tinha estado quase uma hora à espera de ambulância, fato que não era suportável de esperar tanto tempo. Tinha sabido da existência de outras vítimas dentro da cidade de Tavira e que tinham vindo ambulâncias de Albufeira, Vila Real de Santo António por indisponibilidade de ambulâncias para efetuar a emergência pré-hospitalar em Tavira. Considerava que aqueles tempos de espera podiam ser cruciais na assistência de emergência médica a vítimas.-----
- Propôs, que em conjunto, os partidos com representação na Assembleia Municipal, fizessem uma recomendação conjunta no sentido de pressionar o Governo e as Autoridades competentes para um reforço urgente dos meios de emergência hospitalar no concelho de Tavira e na Região.-----



- Relembrou que o verão estava a chegar e que as situações podiam complicar-se ainda mais, dado que no verão a população do Algarve quase quadruplicava.-----
- **A Presidente da Câmara Municipal**, manifestou a concordância em absoluto em que os serviços do INEM eram insuficientes no Algarve, sobretudo no Sotavento. -----
- Disse que em Tavira, nos últimos dois anos e nos meses de julho agosto, tinha havido um reforço de uma ambulância e da sua equipa, mas considerava que continuava a ser insuficiente.-----
- Concordou em absoluto com a recomendação. -----
- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira**, concordou que os interesses do Concelho de Tavira tinham que estar acima dos partidos políticos, e que a bancada do PS iria votar favoravelmente a proposta apresentada, quis ainda sublinhar a informação e preocupação dada pela Presidente da Câmara Municipal.-----
- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco**, agradeceu e voltou a sublinhar a intenção de fazer um texto com as bancadas com representação na Assembleia Municipal.-----
- **O Deputado Municipal José Graça**, confirmou a intenção da bancada do PS, em votar favoravelmente na proposta que viesse a ser apresentada. -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal**, informou que como não tinha sido apresentada proposta não se podia votar, mas sendo um assunto de interesse comum e coletivo, reiterou a importância das bancadas com representação na Assembleia Municipal, unirem os esforços para em conjunto redigirem a proposta para enviar às entidades competentes. -----
- **O Deputado Municipal Jorge Corvo**, questionou o ponto de situação do elevador no edifício dos Paços do Concelho, para as pessoas com incapacidades físicas. -----
- **A Presidente da Câmara Municipal**, disse que da informação da Divisão de Projetos, Energias e Obras Municipais (DPEOM), era que o arquiteto Carlos Palmeira, tinha-se reformado recentemente, mas tinha deixado a parte da arquitetura terminada, naquele momento estavam a terminar uma especialidade, pelo que acreditava que até ao final do ano conseguisse lançar a empreitada.-----
- **O Deputado Municipal José Graça**, referiu que durante muitos anos existiu na região do Algarve, uma Delegação Regional do INEM que tinha sido extinta, havia dez anos, e na última reunião do Conselho de Ministros realizada em Faro o Governo resolveu voltar a criar essa delegação do INEM, o que demonstrava que havia sintonia relativamente a esta matéria.-----
- Sobre o facto de em Tavira haver ambulâncias de Albufeira ou de Alcoutim, devia-se à gestão centralizada dos postos de emergência médica disponíveis em cada concelho. Felizmente não era necessário ficar à espera que uma ambulância de Tavira fosse libertada em



Faro para ir buscar uma pessoa a Tavira, afortunadamente estava ao dispor ambulâncias do Todo o Algarve.-----

--- Pensava que era uma situação que deveria ser sublinhada pois permitia que houvesse uma resposta mais rápida.-----

--- Referiu que nos últimos anos também se tinha verificado na região um reforço para além da questão dos Postos de Emergência Médica, com Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER), que muitas vezes chegavam antes das ambulâncias.-----

--- Todas aquelas situações citadas em termos de protocolo e cuidado, eram geridas a partir dos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU), e por vezes acontecia serem destacados profissionais que não conheciam a região e daí a demora a chegar.-----

--- Alegou que a bancada do PS estava disponível para numa próxima Assembleia Municipal avaliar uma proposta que vier a ser apresentada e votar favoravelmente.-----

--- Acreditava que a Presidente da Câmara Municipal no exercício normal das suas funções do quotidiano poderia sensibilizar a Administração Regional de Saúde e o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, para o exposto, enquanto não fosse instalada a Delegação Regional do INEM.-----

--- **O Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo Rafael Dias**, cumprimentou todo o executivo, deputados municipais, e o público em geral.-----

--- Alegou que o que estava em causa, não era a forma como se geria os meios mas sim a falta de meios de Emergência Médica.-----

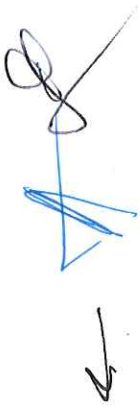
--- Em Cachopo, qualquer ocorrência médica demorava no mínimo duas horas, por triangulação, o que era normal.-----

--- Mas o que se pretendia seria uma união, uma moção conjunta, para pedir mais meios para salvaguardar a população, porque só com mais profissionais na zona geográfica é que se podia colmatar aquelas necessidades.-----

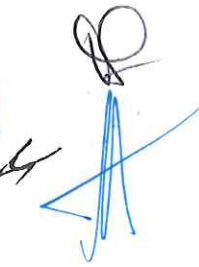
--- **O Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar início à Ordem do Dia, com a apreciação da informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.**---

--- **A Presidente da Câmara Municipal** começou por referir algumas das exposições patentes, como a do Museu Municipal de Tavira – Núcleo Islâmico, a exposição “O Posto Agrário de Tavira desde 1926” no Centro de Experimentação Agrário de Tavira – CEAT, a exposição do “XXV João Ribeiro – Fine Art Photography”, na Igreja da Misericórdia e a Casa Álvaro de Campos que continuava com os ciclos de exposições.-----

--- Na cultura tinha havido a “Música das Igrejas”, visitas guiadas, o “Ciclo de conferências de História” na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, desde março que havia uma grande dinâmica cultural por força do “Viva a Primavera”.-----



- O Município de Tavira tinha comemorado o “Dia Internacional da Mulher”, com uma conversa com “Mirian Tavares, Ritas Saias e Dino d’Santiago e duas jovens tavirenses como moderadoras” a já habitual “Maré de Contos 2023”, destacou “Os Dias Abertos “ em Cachopo, a Oficina de Teatro.-----
- As comemorações do “Dia Internacional do Livro Infantil”, as atividades em torno da “Rota do Polvo e do Atum”. -----
- Destacou o regresso do “Festival da Gastronomia do MAR” com dezenas de restaurantes aderentes do Concelho. -----
- No desporto, destacou a receção da “3ª Etapa da 49ª Volta ao Algarve”, o retorno do “Programa de Atividade Física”, o “Move.Tavira” no Dia do Pai e o “III Encontro Nacional de Andebol Adaptado”, entre outros. -----
- O “Viva a Primavera” com as Associações Culturais do Concelho que permitia ter programação regular e muito recheada, de 20 de março a 21 de junho.-----
- As comemorações da “Semana Santa” e do “25 de Abril” e muitas outras iniciativas das Associações do Concelho.-----
- Nas Obras e Urbanismo, tinham sido lançados vários procedimentos a concurso, como a Empreitada para Instalação de balneários públicos na Ilha de Tavira, Obras de Conservação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho – Freguesia de Tavira, Alteração dos Balneários de Apoio ao Pavilhão Gimnodesportivo da Escola D. Manuel, Substituição do Relvado Sintético do Campo do Ginásio Clube de Tavira, informou que tinha havido uma reclamação ao Relatório Preliminar, que tinha sido analisada e respondida, o Relatório Final já tinha sido homologado, estando na plataforma a aguardar a receção de documentos, a Empreitada das Frentes Ribeirinhas, já tinha o contrato assinado, mas encontrava-se em conversação para a obra começar apenas depois do verão, para não condicionar o trânsito, a Empreitada para Requalificação da zona da envolvência do Polidesportivo da Conceição de Tavira, do orçamento participativo.-----
- O Centro de Meios Aéreos de Cachopo, que tinha tido a oportunidade de visitar durante o dia e já estava muito mais avançado que as imagens apresentadas. -----
- Finamente e após duas empreitadas desertas, já tinha sido adjudicado a colocação das placas toponímicas, com atribuição do nome das ruas, para não causar confusão aos CTT - Correios de Portugal (CTT).-----
- O Miradouro em Alcaria do Cume, a empreitada estava quase terminada e a intervenção no Jardim do Coreto que já tinha iniciado. -----
- Estavam a ultimar os vários lotes das empreitadas de reabilitação dos edifícios da Habitação Social. Aguardava-se o relatório do estudo geotécnico/geológicos que tinha sido solicitado



para vários locais mas onde destacaria o sítio previsto para o complexo desportivo, naquele caso a pista de atletismo. -----

--- Finalmente a Casa do Compromisso Marítimo, já tinha terminado, faltava enviarem umas compilações técnicas de alguns materiais e acreditava que estariam em condições de proceder à receção provisória da obra. -----

--- Continuava a obra de conservação e restauro da Igreja de Santa Maria, a requalificação da Rua Capitão Jorge Ribeiro estava quase finalizada, o Mercado da Ribeira que tinha tido uma reunião agendada com Empreiteiro por causa da platibanda e o Cineteatro.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Margarida Baioa**, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e a restante mesa e questionou para quando o lançamento de um novo concurso para os balneários da Escola D. Manuel I.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que estavam a rever o projeto e os preços, para lançar novo concurso, tinham efetuado novamente auscultação ao mercado para aferir preços, mas também estavam a aguardar que os preços estabilizassem um pouco porque o valor encontrava-se muito elevado. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Palmeira**, cumprimentou todos, e questionou como estavam as obras do Cine Teatro António Pinheiro, por ser uma obra emblemática no Concelho de Tavira e como o dia da cidade estava próximo, para quando estava prevista a conclusão da obra. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal**, disse que não sabia, o empreiteiro tinha alegado falta de pessoal e um atraso elevado na entrega dos materiais, duvidava que a obra estivesse pronta no dia da cidade. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número um da ordem do dia - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (alínea c), do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º23/2019, de 30 de janeiro)**-----

--- Nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido a votação por escrutínio secreto.-----

--- Colocando o assunto à discussão e distribuídos os boletins de voto apurou-se o seguinte resultado: -----

- José Mateus Domingos Costa (Freguesia de Tavira) – 15 votos; -----

- Rafael Ribeiro Dias (Freguesia de Cachopo) – 12 votos.-----

--- Do ato resultou a eleição de José Mateus Domingos Costa (Freguesia de Tavira), por maioria como representante das Freguesias do Município no Conselho Municipal de Saúde. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois, três, quatro e cinco da ordem do dia - PROPOSTA N.º 87/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL**

PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 87/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- PROPOSTA N.º 88/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 88/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- PROPOSTA N.º 89/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE MOBILIDADE-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 89/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE MOBILIDADE, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- PROPOSTA N.º 90/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO E EQUIPAMENTOS -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 90/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO E EQUIPAMENTOS, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou à PROPOSTA N.º 91/ 2023/CM - PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE INSPEÇÃO DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES DO MUNICÍPIO DE TAVIRA - VERSÃO FINAL-----

--- A Presidente da Camara Municipal apresentou o Regulamento Municipal de Inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, dizendo que tinha sido uma competência de fiscalização, que tinha passado para a Câmara Municipal havia algum tempo, e que regulava as inspeções extraordinárias e a atuação do município em caso de acidentes e a necessidade de selar equipamentos por força das más condições de uso.-----

--- Ou seja, pretendia-se verter em regulamento a competência que por força da legislação já existia.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 91/ 2023/CM - PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE INSPEÇÃO DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS,



ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES DO MUNICÍPIO DE TAVIRA - VERSÃO FINAL, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto sete e passou à PROPOSTA N.º 97/ 2023/CM - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação PROPOSTA N.º 97/ 2023/CM - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022 -----

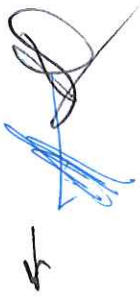
--- A Presidente da Camara Municipal deu nota que era um documento muito técnico, e endereçou os agradecimentos à equipa técnica do Município e ao Revisor Oficial de Contas, que eram quem o elaborava. Disse que pessoalmente achava que o relatório estava muito completo, e sendo um documento mais técnico e menos estratégico como o orçamento, iria começar pela conclusão e depois falaria de outras questões.-----

--- Iniciou, dizendo que as conclusões encontravam-se vertidas na página cento e três (103), disse que o Município tinha um grau de independência financeira de sessenta e oito vírgula noventa por cento (68,90%), o que queria dizer que as suas receitas próprias eram superiores naquela percentagem às receitas totais.-----

--- Expôs que o grau de execução de receita se situou nos cento e dois vírgula noventa e nove por cento (102,99%) praticamente cento e três por cento (103%) que se devia a um aumento da receita cobrada em cerca de doze vírgula setenta e nove por cento (12,79%), muito por força do crescimento do Imposto Municipal sobre Transações (IMT) que no ano de 2022 tinha ultrapassado os catorze milhões de euros (14 milhões de euros), mais cinco milhões de euros (5 milhões de euros) que o ano anterior. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) tinha subido ligeiramente, mesmo com a taxa de IMI que tinha vindo a baixar, aquele aumento de oitenta e seis mil euros (86.000,00€) devia-se ao fim da isenção da taxa de alguns imóveis e que iam começando a pagar IMI.-----

--- O crescimento da receita mais significativo, tinha a ver com as transferências de competências, cerca de dois milhões e trezentos mil euros. Os pacotes financeiros vertidos naquela verba eram sobretudo referentes à saúde e à educação.-----

--- Informou que o grau de execução da despesa tinha sido de sessenta e seis vírgula trinta e cinco por cento (66,35%) que correspondia a cerca de trinta e oito milhões euros (38 milhões euros) e que a despesa corrente tinha tido uma execução de setenta e oito vírgula sessenta e oito por cento (78,68%) aproximadamente de vinte e oito milhões de euros e que a receita de capital tinha tido uma execução apenas de quarenta e cinco por cento (45%), a qual era proveniente de atrasos nas obras do Cine Teatro e Centro de Meios Aéreos de Cachopo que no início do orçamento tinha a totalidade da execução praticamente no orçamento anterior, ou seja, dois milhões e trezentos euros, que não se conseguiu executar, não obstante a execução



de capital era ligeiramente superior à execução orçamental de 2021, referiu ainda o acréscimo significativo com as despesas de pessoal (19 Assistentes Técnicos + 107 Assistente Operacionais na Educação e 15 Assistente Operacionais na Saúde), motivado pela transferência de competências e acréscimo e mais 26 novas contratações que tinham sido na assistentes Operacionais para reforçar as escolas e o acréscimo de custos com o pessoal advém também das alterações remuneratórias.-----

--- Referiu que as contas do município se encontravam devidamente equilibradas com as regras vertidas na Lei das Finanças Locais, sendo que o saldo gerência tinha sido ligeiramente superior ao anterior.-----

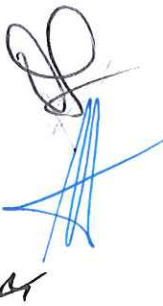
--- Os indicadores de liquidez do Município apresentavam uma elevada capacidade de cobertura do passivo. O resultado líquido que tinha sido negativo nos anos anteriores, muito por força da avaliação dos bens do domínio público e do aumento significativo das amortizações, naquele ano acabou por ser positivo, porque o peso das amortizações ia diminuindo conforme o desgaste dos bens e também fruto da redução da dívida em cerca de doze virgula e oitenta e cinco por cento (12,85%). Citou que a dívida pública a curto, médio e longo prazo era de quatro milhões seiscentos e dois mil, seiscentos e trinta e quatro euros (4.602.634,00€), tinha sido cumprido o limite da dívida total e existia margem de endividamento.-----

--- Deu duas notas sobre as reservas do Revisores Oficiais de Contas (ROC), sobre a EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Limitada (EMPET) que mais uma vez não tinha apresentado às contas e continuava sem conseguir contactar o liquidatário, os contactos que tinham sido feitos com a empresa de Contabilidade e também com o Revisor Oficial de Contas para se tentar recuperar as informações financeiras, naquele momento tentava-se encontrar um substituto para fazer uma assembleia geral, apenas com o sócio câmara uma vez que o outro sócio tinha um processo de insolvência e já não existia legalmente e administrativamente.-----

--- Não iria fácil encontrar um liquidatário, porque existia uma enorme falta de informação sobre a empresa e não existiam receitas para que se pudesse pagar a um liquidatário. Era uma situação difícil de contornar não se sabendo os efeitos que poderia ter nas contas do Município. Sendo que era uma situação grave também para o liquidatário.-----

--- A outra reserva que destacou era sobre o imobilizado em curso, a equipa auditora de Revisores Oficiais de Contas, referiu que existiam cerca de quarenta e três milhões de euros (43 milhões de euros) de imobilizado em curso e que era preciso passar para imobilizado definitivo, o que de algum modo poderia alterar os resultados líquidos do exercício, podendo não ser suficiente para alterar o resultado de positivo para negativo, não obstante embora não





concordasse exatamente com todos, as obras que a equipa auditora referiu já deviam estar vertidos em imobilizado definitivo, efetivamente, reconhecia que havia um trabalho a fazer naquele sentido para aumentar o imobilizado do Município, aumentar os seus ativos fixos e tangíveis. -----

--- Alertou que o relatório tinha particularidades bastante interessantes que se prendiam com a contabilidade de custos onde se podia ver vertido os custos operacionais do funcionamento por exemplo do Pavilhão Municipal Doutor Eduardo Mansinho, das Piscinas Municipais, dos Estabelecimentos de Ensino, sendo uma informação interessante que era vertida através da contabilidade de custos, havia um investimento visível, mas depois havia todo o investimento necessário pelo desgaste operacional e que era necessário para manter as instalações a funcionar. -----

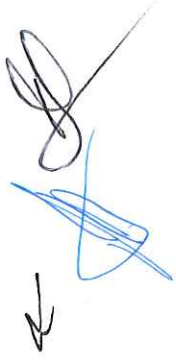
--- **O Deputado Municipal José Graça**, agradeceu o detalhe colocado pela Presidente Câmara Municipal, na apresentação da prestação de contas de 2022 e saudou o executivo municipal e os técnicos do município pela clareza do documento que tinha sido submetido à Assembleia Municipal e que tinha sido oportunamente aprovado no executivo. -----

--- Sublinhou duas situações, 2022 tinha sido o ano em que se tinha libertado da situação pandémica, sendo um ano desafiante. O Município tinha assumido novas competências, tinha recebido um conjunto significativo de colaboradores dos serviços da administração central que tinham sido transferidos e mais uma vez o Município de Tavira soube enfrentar com sucesso aqueles desafios. -----

--- Referiu relativamente às consequências da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, logo em fevereiro que acabou por alterar o cenário apresentado anteriormente. A alteração dos mercados internacionais, os aumentos dos custos de energia, das matérias-primas, tinham dificultado os circuitos do comércio internacional acabando por em cadeia prejudicar também a atividade Municipal. -----

--- Alegou que não obstante, o Município terminava o ano de 2022 com uma solidez financeira que levava a encarar com otimismo e com muita esperança as novas competências que recentemente tinham sido atribuídas. -----

--- Realçou ainda para além toda atividade normal do quotidiano do município nomeadamente na área social, apoio à atividade municipal e dos serviços públicos entre outros, a Câmara Municipal conseguiu ao longo do ano de 2022 continuar a promover eventos e programas que já eram marcos culturais na cidade de Tavira e na região particularmente o programa e Viva Primavera, a Mostra da Primavera que tinha ocorrido no fim-de-semana anterior e que tinha sido coroada com o magnifico concerto da Banda Musical Tavira no Mercado da Ribeira, mas



também as expectativas que se levantavam para os eventos que se iriam realizar no verão a seguir e que já em 2022 tinham alcançado um sucesso muito evidente.-----

--- Concluiu que perante o cenário de dificuldade a nível internacional nomeadamente em relação às empreitadas, o Município concluiu onze (11) empreitadas e terminou o ano com quinze (15) empreitadas em procedimento, ou seja, com trabalhos em curso. -----

--- O documento apresentado poderia sintetizar com os resultados da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) que apresentava em parceria com a Universidade do Minho no Anuário do Poder Local e o Anuário Financeiro das Autarquias Locais em Portugal. Esperava que Tavira mantivesse e consolidasse o trabalho que tinha sido demonstrado no documento, e que se conseguisse devolver o plano de atividades e orçamento que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal em dezembro.-----

--- Congratulou o documento apresentado, a clareza e o rigor dos números e com os resultados que no final do ano permitissem encarar o exercício em curso com confiança e esperança. -----

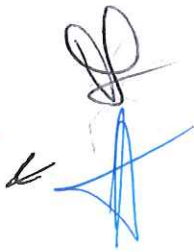
--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco**, reconheceu que existia uma melhoria significativa no documento apresentado em termos de informação comparado com anos interiores. Contudo, no relato sobre a auditoria e as demonstrações financeiras, quando aparecia reservas não podiam deixar de referir o problema da EMPET, onde não havia demonstrações financeiras referentes aos anos de 2021 e 2022, o que era um problema que se ia arrastando pelo Município havia algum tempo. -----

--- Outra situação era sobre os ativos fixos tangíveis e intangíveis que a Presidente Câmara Municipal dizia que não tinham impacto nas contas, mas ela acreditava que tinham. -----

--- Alegou que os bens patrimoniais e culturais do Município, que eram os ativos fixos tangíveis e que careciam de uma avaliação por entidades, ainda não tinha sido feito. -----

--- Disse ter algumas reservas, na resolução política que estava na base do documento, existia uma execução da despesa total de sessenta e seis vírgulas e trinta e cinco por cento (66,35%) e a execução da despesa de capital tinha ficado pelos quarenta e cinco vírgulas e nove por cento (45,19%) que revelava alguma falta de investimento no concelho, tratava-se de um exercício de gestão corrente sem uma planificação estruturada e ambiciosa de investimentos e de desenvolvimento para o Concelho de Tavira, deixava aquelas notas que consideravam importantes na hora de votar a proposta.-----

--- **O Presidente de Junta de Freguesia de Cachopo Rafael Dias**, considerava que as Juntas de Freguesias eram parceiros fulcrais da atividade desempenhada pelo Município e após confirmar o valor da taxa efetiva que as Juntas de Freguesias recebiam dos subsídios correntes



do Município e requerendo ele, desde o primeiro dia que tinha tomado posse a revisão dos Acordos Interadministrativos seria difícil votar favoravelmente ao orçamento. -----

--- **A Presidente de Câmara Municipal** respondendo à deputada municipal Ana Rita Pacheco disse que na sua análise, achava que as incorporações das imobilizações em curso não tinham impacto no resultado líquido, eram 6 milhões positivos quando se falava em quarenta e três milhões de euros (43 milhões euros) em imóveis que tinham amortizações a muito longo prazo, o impacto haveria, mas não iria diminuir o resultado líquido de 6 milhões para um resultado negativo. Pensava que a reserva pecava por excesso. -----

--- Sobre a outra questão, referiu que as imobilizações que se encontravam em curso eram empreitadas da Município, como tal não estavam sujeitas a avaliação. Os bens avaliados eram os que integram o domínio público, e esses, tinham sido avaliados havia muitos anos. -----

--- As obras que que tinham sido feitas na sua maioria dos quarenta e três milhões de euros (43 milhões de euros), eram obras do domínio privado e assim integravam pelo valor da empreitada.-----

--- Segundo esclarecimento, a execução de despesa de capital de 45% era baixa concordava, mas tinha havido empreitadas cujos concursos tinham ficado desertas, ou seja, não havia execução. Referiu que muitas das empreitadas tinham de ser lançadas três vezes, e cada vez que uma empreitada era lançada novamente perdia-se cerca de 6 meses. -----

--- Referiu que a empreitada do Centro de Meios Aéreos de Cachopo tinha estado prevista para iniciar seis meses antes, com um prazo de execução de cento e oitenta dias, não tinha acontecido, tinha sido sanado o que havia para sanar, e dois milhões e trezentos mil euros, tinha muito impacto num orçamento de dez milhões de euros e ainda existia a Empreitada do Cine Teatro António Pinheiro que era uma obra de valor considerável que não tinha vindo a ter a execução que se perspetivava.-----

--- Mencionou ainda, que a execução de quarenta e cinco por cento (45%) em 2022 era superior ao executado no ano de 2021, ano de eleições, que como todos diziam que se faziam obras e pavimentações porque era ano de eleições. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo**, aludiu que se falava da EMPET com uma leveza que não lhe agradava. A EMPET havia 3 anos que não apresentava contas. O Município de Tavira era o único sócio da EMPET, poderia e deveria ter convocado uma assembleia e ter destituído o liquidatário (administrador) e assim, a questão estava resolvida e as contas refletidas na execução. -----

--- Disse que tudo se encaminhava para falta de vontade de o fazer. Uma empresa privada, com três exercícios, sem prestação de contas, com encargos a pagar a credores não satisfeitos, e com bens que não podiam ser geridos na sua plenitude. Havia interessados nos bens da

EMPET e não conseguiam investir, porque para além do mencionado, existia um desinvestimento no Concelho de Tavira.-----

--- Alegou que era uma situação que revelava que tinha existido um excesso de gestão corrente e um défice tremendo de decisão. -----

--- Defendeu que não entendia porque não se marcava uma Assembleia para destituir o liquidatário da EMPET.-----

--- Disse que seria irresponsabilidade por parte da Bancada do PSD aprovar as contas sem a situação da EMPET estar resolvida.-----

--- Seguidamente referiu, que o principal problema do Concelho de Tavira estava perfeitamente identificado e era a habitação. A bancada do PSD tinha-se absterido num documento estratégico para o Município, quando tinha sido a votação da Estratégia a Local de Habitação, porque não estavam identificados os locais, a forma como se iria construir a habitação. Mas o fato é que o tempo tinha vindo a dar razão na abstenção da proposta, porque volvidos aqueles anos todos ainda não existia qualquer casa construída pelo executivo, um dos grandes problemas do atual executivo tinham sido as habitações construídas porque geraram dívida. Mas a habitação era uma situação estrutural e fundamental para o Concelho de Tavira.-----

--- Relativamente às contas, no final do ano passado tinha-se aprovado uma alteração ao orçamento para investimento na habitação, mas nem esse investimento se tinha realizado, podiam existir justificações para não ter havido o investimento, mas, quando a proposta tinha ido à Assembleia Municipal a situação deveria estar perfeitamente exequível de forma que fosse aprovado para que a compra se pudesse concretizar, ou seja tinha sido aprovada uma medida que não estava preparada para ser executada. -----

--- Reforçou o que tinha dito a Deputada Ana Rita Pacheco e a posição da bancada do PSD que havia muita gestão corrente e pouca decisão em termos daquilo que era fundamental para o Concelho de Tavira.-----

--- **A Presidente de Câmara Municipal**, respondeu que tentou falar por várias vias com o liquidatário da EMPET, liquidatário esse que tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal para fazer face a um processo durante um período de tempo e que não tinha cumprido era um facto, mas, não se tratava do que a Presidente da Câmara Municipal queria, era um processo que tinha uma tramitação jurídica associada, eram necessários pareceres, para saber se era possível mudar o liquidatário, saber se a AGETAV – Agência de Desenvolvimento, S.A. (AGETAV) no Tribunal já se encontrava dissolvida, porque na Conservatória do Registo Comercial não aparecia vertida a dissolução da empresa. -----



--- Se as situações dependem-se da Presidente da Câmara Municipal seria tudo muito mais célere, o Loteamento estaria comprado, a EMPET dissolvida, mas existiam tramitações processuais e administrativas complexas. -----

--- Ainda referente à EMPET, queria acrescentar que o liquidatário era a única pessoa que podia ter acesso às contas bancárias, nas finanças se tinham dívidas, ou seja, era a única pessoa que podia saber os compromissos existentes. -----

--- Referiu que existia um parecer que mencionava a possibilidade de mudar o liquidatário, mas quem é que se iria nomear, questionou se haveria algum candidato. -----

--- Relembrou como se tinha criado uma empresa como a EMPET, como tinha sido constituída e não tinha sido no executivo do Partido Socialista (PS). -----

--- Quando o PS tinha chegado ao executivo ainda não havia a receção do Parque Empresarial, tanto que tinha existido um litígio com o empreiteiro que terminou numa ação judicial em que a EMPET teria de pagar, uma indemnização complicada. -----

--- Referiu que a EMPET podia ser absorvida pela Câmara Municipal, ou podia ir para um processo de insolvência e aí não havia forma de onerar o orçamento do Município, se fosse internalizada, aí se calhar podia, mas também, estava previsto na lei do orçamento de estado que se for para internalizar e pagar indemnizações estavam previstos empréstimos excecionais para colmatar essa despesa. -----

--- Disse que não eram pessoas completamente desprovidas de responsabilidade e de verdade, alegou que provavelmente o processo tinha-se arrastado demais porque todos conheciam o liquidatário, disse ainda que pessoalmente nutria pela pessoa alguma amizade e pensava que era uma pessoa competente, confessou que tinha ficado desiludida e que nunca pensou que ao longo dos dois anos que tentava falar com ele, e que numa das vezes, lhe disse que iria tratar do assunto, dando um prazo, pelo que não tinha como duvidar, inclusivamente era uma pessoa com um cargo de chefia na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. --

--- Infelizmente, em relação à habitação lamentou não haver ainda obra no terreno, mas disse que estavam previstas, e esperava que estivesse em obra rapidamente. As vicissitudes existentes, nomeadamente falta de engenheiros, arquitetos e capacidade de colocar as obras no terreno, era um problema transversal as Câmaras Municipais.-----

--- Tinha esperança que o Governo Português conseguisse prorrogar o prazo do Plano de Recuperação e Resiliência em Portugal (PRR), porque no momento com o problema dos valores elevados e a falta de empreiteiros para concorrer às obras, corria-se o risco de ter de devolver milhões de fundos à Europa. Esperava que o governo português trabalhasse naquele sentido.-----



--- Tinha havido a necessidade de priorizar e desviar os recursos da Habitação Social para a contratação da ampliação do atual e do novo edifício do Centro de Saúde, acreditava que o projeto pudesse ser lançado rapidamente, mas isso implicava que os técnicos tinham de parar um trabalho durante 4 a 5 meses para iniciar outro. -----

--- Disse que estar no executivo era decidir todos os dias, uns dias escolhia-se bem, outros nem por isso, mas sabia que o PSD podia não aceitar as prioridades do PS e do executivo, fossem as melhores a opinião era sempre diferente. -----

--- Alegou que a alteração que tinha sido feita ao orçamento não tinha sido para comprar o loteamento, mas para acertar a receita. -----

--- Arguiu que ninguém ficava mais frustrada do que a própria, quando recebia os documentos a dizer que as empreitadas tinham ficado desertas e que não se podia avançar com os projetos. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo**, citou que se falava na EMPET sempre no passado, mas o problema da EMPET tinha-se avolumado quando não se tinha querido assumir um valor que rondava um milhão e meio de euros. Os vereadores e a bancada da Assembleia Municipal do PSD sempre tinham manifestado reservas da maneira como o assunto estava a ser conduzido, como se poderia comprovar em atas anteriores. -----

--- Mencionou que a situação da prestação de contas da EMPET deveria ter sido resolvida logo no final do primeiro ano em falta e pedido um parecer jurídico, porque a situação de uma empresa que não tinha apresentado contas era inconcebível ainda mais pública, ou público-privada. E a questão de insolvência da EMPET era de carácter dúbio, disse que nunca votaria a favor da insolvência da EMPET, era uma situação de muita responsabilidade na gestão da empresa que em termos jurídicos poderiam ter consequências, e reflexos na estrutura económica, empresarial e no emprego da cidade de Tavira. -----

Três anos sem apresentação de contas era inconcebível, não se cansava de dizer e enquanto tivesse tempo iria sempre defender a sua posição. -----

--- Não duvidava que o executivo tivesse de tomar decisões diariamente de gestão corrente, alegou que isso era próprio das funções de um Presidente de Câmara. -----

--- Mas o que não estava vertido nas contas apresentadas era em termos estruturais uma planificação para Tavira, se os Tavirenses iriam ter habitação, estruturas náuticas, qual o plano e o tempo de execução, não existia nada. -----

--- **A Presidente de Câmara Municipal**, referiu que as sanções para a não entrega das contas ao Tribunal de Contas estavam previstas para empresas com participação pública e para a pessoa que era responsável pela mesma. -----



--- Referiu ainda, que o liquidatário tinha responsabilidades e que em momento algum disse que queria deixar de o ser, essa pessoa é responsável civil, criminalmente e financeiramente, como estava previsto na Lei.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça**, esclareceu que devia de haver uma confusão, tanto o Deputado Municipal Rafael Dias tinha em orçamento, como o Deputado Municipal Jorge Corvo disse que não encontrava na conta gerência a planificação das atividades do Município para o próximo ano, clarificou que as contas apresentadas eram da conta de gerência 2022, o relatório de contas consolidado do Município seria apreciado pela Assembleia Municipal em junho.-----

--- Alegou que a conta de gerência no Município de Tavira revelava uma saúde financeira invejável.-----

--- Na sua intervenção alertou para duas situações levantadas pelo ROC, que eram a EMPET e as amortizações, não se podia esquecer tudo o resto, o Município tinha uma situação financeira ótima para assumir as novas competências ao longo dos últimos 18 meses, apresentando contas que faziam encarar com otimismo tudo o que viria pela frente, nomeadamente a questão da Habitação Social, os elevados investimentos do PRR e os desafios que a estratégia do Algarve 2030 impunha.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo**, disse que tinha aprendido o que era um orçamento e o que eram as contas e que durante muitos anos debateu e tinha dado algumas sugestões que tinham sido bem recebidas e incorporadas em contas e orçamentos.-----

--- Afirmou que quando falava em estratégia, tanto estava refletida nos orçamentos como nas contas do que se fazia, sabia o que estava a dizer e não retirava nada do que disse.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, fez um reparo ao público presente, dizendo que aquela era a casa da democracia, mas tinha limites e tinha que seguir o Regimento, não podendo intervir nem pressionar no momento da intervenção, porque na Assembleia Municipal havia espaço e liberdade para cada um falar o que pensava.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco**, apresentou e leu a declaração de voto do PSD:-----

--- *“Após análise da Proposta n.º 97/2023/CM, referente à Prestação de contas de 2022, consideramos o seguinte:*-----

--- *a) A proposta n.º 97/2023/CM, relativa à Prestação de Contas de 2022, tem como base um documento técnico que entendemos bem elaborado e estruturado, tal como também é expresso no relatório da Certificação Legal de Contas, onde se conclui que o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor, não tendo sido identificadas incorreções materiais;*-----

- b) Reconhecemos que o documento revela uma melhoria significativa no rigor da apresentação da informação, em comparação com os anos anteriores; -----
- c) Não obstante não se levantar questões sobre o documento técnico, manifestamos, no entanto, reservas à execução política que esteve na sua base, sobretudo porque a execução da despesa total é de apenas 66,35%, e a execução da despesa de capital ficou-se pelos 45,19%, o que revela incapacidade de investimento no nosso concelho, com prejuízo para a vida dos munícipes. Trata-se de um exercício de gestão corrente, sem uma planificação estruturada e ambiciosa de investimento e onde predomina a ausência de um rumo claro e de decisões fundamentais ao desenvolvimento socioeconómico do nosso concelho; -----
- d) O Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras manifesta **opiniões com reservas**, da qual se destaca a preocupação que, em diversas intervenções e reiteradamente, temos vindo a manifestar relativamente à EMPET e que urge uma resolução: -----
- “Não foram obtidas as demonstrações financeiras aprovadas da empresa Municipal Empet, EM sociedade em liquidação, referentes aos Exercícios de 2021 e 2022. A informação que nos foi facultada, indica a existência de processos judiciais que transitam do passado, com decisão desfavorável para a Empet, EM. Por outro lado, a sociedade encontra-se em processo de liquidação, não tendo sido obtidos elementos que permitam concluir sobre a suficiência dos seus ativos para liquidação dos passivos e das eventuais responsabilidades que lhe sejam imputadas. Neste sentido, não nos é possível pronunciar sobre a necessidade da constituição de eventuais provisões”;-----
- e) Sublinhamos, igualmente, a preocupação demonstrada no ponto 2. do Relatório sobre a auditoria das Demonstrações Financeiras, respeitante aos cerca de 30.000.000 euros em obras já executadas e ainda não incorporadas nas respetivas rubricas do ativo e amortizadas. -----
- “Os ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso, de cerca de 43.930.000 euros e 681.000 euros, respetivamente, incluem obras e projetos já concluídos num montante estimado de cerca de 30.000.000 euros, que por isso, deveriam ter sido transferidas para as respetivas rubricas do ativo e amortizadas. Não é possível quantificar o efeito destas situações que deveriam determinar uma redução do ativo, do resultado líquido e do património líquido”; -----
- f) Esta prestação de contas manifesta a total irrelevância da alteração orçamental, questionável desde o ponto de vista legal, feita em novembro, reforçando o orçamento desde o lado da receita. Ora, a baixa execução do lado da despesa, aliada à execução acima dos 100% das receitas, eram suficientes para dispensar qualquer alteração orçamental a data. -----
- Face aos pontos indicados, não podemos concordar com a presente proposta de orçamento e apresentamos a presente Declaração de Voto Contra, relativamente à Proposta n.º 97/2023/CM – Prestação de contas de 2022.” -----





--- A declaração de voto encontra-se anexada à presente ata como documento número seis. ---

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação PROPOSTA N.º 97/ 2023/CM - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022, que foi aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor dos deputados municipais José Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Cristina Palmeira, Nuno Mateus, Maria Romão, José Mateus Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira e Carla Martins, onze (11) votos contra dos deputados municipais Muriel Neto, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Silvino Oliveira, Liliana Fernandes, Ana Baioa, Ana Pacheco, Jorge Cruz, Sónia Tomás, Artur Gomes e Rafael Dias uma (1) abstenção do Deputado Municipal Gonçalo Santos. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto oito da ordem do dia PROPOSTA N.º 98/ 2023/CM ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE VENDA DE IMÓVEIS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TAVIRA - VERSÃO FINAL -----

--- A Presidente da Câmara Municipal, explicou que era uma alteração num dos artigos do Regulamento dos Imóveis que eram Propriedade do Município, nomeadamente na venda de casas de Habitação Social, a alteração verteu essencialmente no artigo 25º., havia um ónus que impedia de vender as casas durante um período de quinze anos. Em 2006 a Câmara Municipal vendeu uma série de casas de Habitação Social, quando foi efetuada a primeira alteração ao Regulamento introduziram uma cláusula com aplicação retroativa a 2006, todavia a lei não podia ter a aplicação retroativa, a Lei vigora sempre para o futuro. -----

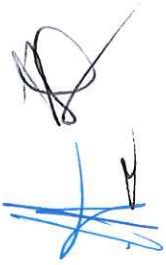
--- Transmitiu que tinham entrado na Câmara Municipal dois pedidos de autorização para vender as casas de Habitação Social uma vez que já tinham sido ultrapassados os quinze anos da compra. As propostas foram avaliadas pelo gabinete jurídico e foi entendido que aquele item no regulamento era anticonstitucional, uma vez que não se podia aplicar a questão da retroatividade, dado que a lei vigora sempre para o futuro. -----

--- A alteração ao Regulamento prendia-se apenas com aquele ponto. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação PROPOSTA N.º 98/ 2023/CM ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE VENDA DE IMÓVEIS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TAVIRA - VERSÃO FINAL, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal, propôs que fossem colocados os cinco primeiros pontos do aditamento a Ordem do Dia para a votação em conjunto, como ninguém se manifestou contra, foram apresentadas as seguintes propostas: -----

--- PROPOSTA N.º 110/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE DESPORTO-----



- PROPOSTA N.º 111/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DA UNIDADE DE RELACIONAMENTO COM O MUNÍCIPE E GESTÃO DA QUALIDADE-----
- PROPOSTA N.º 112/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO E CONTRAORDENAÇÕES--
- PROPOSTA N.º 113/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO CULTURAL-----
- PROPOSTA N.º 114/ 2023/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA -----
- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as PROPOSTAS N.º 110/ 2023/CM; 111/ 2023/CM; 112/ 2023/CM; 113/ 2023/CM e 114/ 2023/CM que foram aprovadas por unanimidade.-----
- PROPOSTA N.º 115/ 2023/CM - TARIFAS SOCIAIS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO E DE RESÍDUOS, PARA UTILIZADORES DOMÉSTICOS - ADESÃO AO REGIME DA TARIFA SOCIAL-----
- A Vereadora Sónia Pires, cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que a TAVIRAVERDE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M. (Tavira Verde) tinha um tarifário com tarifa social desde 2017, que tinha entrado em vigor com o Decreto-lei – 147/2017 que tinha previsto a adesão voluntária dos municípios à tarifa social da água. O Regime Jurídico contemplava como beneficiários aqueles que usufruíam das prestações sociais, pessoas em situação de carência económica e também aqueles que recebiam cinco mil oitocentos e oito euros (5.808,00 €) anualmente, mais cinquenta por cento (50%) por membro do agregado familiar até 10 membros que não auferiam qualquer rendimento.-----
- Reiterou que apesar de já existir um tarifário na Tavira Verde a isenção da tarifa fixa e um desconto de setenta e cinco por cento (75%) no primeiro e segundo escalão até ao consumo de 15 m<sup>3</sup>, tinha sido decidido efetuar aquela proposta da adesão do Município vinculando-o aos termos da legislação do DL nº 147/2017 para pessoas em situação de carência económica e nos termos também daquela legislação cabia ao município financiar a diferença que era descontada à tarifa cobrada aos residentes.-----
- A proposta acabava por vincular o Município ao que estava tipificado da Lei. -----
- Referiu que a vantagem da adesão aquele tarifário era que iria aumentar o número de beneficiários. Em abril existiam cerca de setecentos e cinquenta (750) beneficiários e tinha-se estimado alargar o tarifário a cerca de mil trezentos/mil trezentos e cinquenta e três (1300/1353).-----



- A legislação previa a adesão automática, para todos os beneficiários das prestações sociais, enquanto antes existia obrigatoriedade de apresentar comprovativos, a medida era assim alargada para quem tinha menos conhecimento dos seus direitos. -----
- Explicou que a adesão automática ao tarifário social dos beneficiários de Prestações Sociais e dos que auferiam um rendimento anual até cinco mil oitocentos e oito euros (5.808,00€) era validada pelo serviço de finanças, aquele valor tinha sido calculado através de uma lista validada pela Segurança Social e pela Autoridade Tributária (AT) para questões de carência económica que não auferiam mais do que o rendimento máximo de referência. -----
- Alertou, para o fato de na lista validada pela AT entrarem residentes no Município de Tavira que não auferiram qualquer rendimento em Tavira, mas que não estavam em situação de carência económica, o que para aqueles casos iria ser obrigatória a apresentação dos comprovativos. -----
- Informou que ao abrigo do DL 147/2017 era necessário o Município aderir aquele financiamento e não ser a Tavira Verde a financiar por si a totalidade da Tarifa Social, o financiamento da tarifa social era calculado na exata medida da diferença que resultasse do tarifário em vigor aplicável e o resultante da deliberação de adesão à tarifa social. -----
- **O Deputado Municipal José Graça**, saudou a deliberação do executivo da Câmara Municipal, por duas razões, primeiro dizia que Tavira tinha vindo a dar o exemplo colocando em prática algumas tarifas na Área Social durante a pandemia e no período posterior e tinha alargado a um conjunto de apoios sociais geridos pelo Instituto de Segurança Social, mas também articulando com a AT para que a atribuição de forma automática do apoio não beneficiasse de forma incorreta pessoas que não tivessem rendimentos. -----
- A outra razão, era o espírito de valorização do recurso água a atribuir apenas aqueles apoios, ao primeiro e segundo escalão evitando e procurando que as pessoas também sejam mais regradas no consumo daquele recurso publico cada vez mais escasso. -----
- Felicitou o Município de Tavira esperando que fosse possível regular a atribuição do apoio por mais anos. -----
- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco**, referiu que relativamente à Tarifa Social do serviço de abastecimento público de água tinha sido referenciado que já existia aquele tarifário aprovado no Conselho da Administração desde 20 de setembro 2022, estava publicado no site da Tavira Verde, mas podia ser uma informação errada. A aprovação do tarifário para 2023 já contemplava a tarifa social.-----
- Congratulou o município, porque em muito boa hora, aderiu ao decreto-lei DL 147/2017, tendo passados cinco (5) anos desde a sua aprovação no final de 2017. -----

- Alertou que o Decreto-Lei 147/2017, dizia que o procedimento de atribuição da tarifa social era um procedimento automático, mas sabia de casos que aquela Tarifa Social ainda não estava a ser aplicada, indo passar a ser automática.-----
- Disse que na EDP era feito a atribuição do Tarifário Social de modo automático, sendo solicitada a informação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).-----
- Questionou se a informação tinha sido solicitada à DGAL, e como tinham chegado ao montante apurado de cento e oitenta e dois mil euros (182.000,00€).-----
- **A Vereadora Sónia Pires**, respondeu que tinha sido com a lista da DGAL e uma estimativa do consumo médio, que não era possível saber com exatidão o valor real. Se a deliberação fosse favorável os beneficiários das Prestações Sociais tinham a adesão automática porque faziam parte da lista validada pela Segurança Social.-----
- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco**, questionou a Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Tavira Verde se a Tavira Verde estava a aplicar a Tarifa Social a clientes não-domésticos.-----
- **A Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu duas situações, a Tavira Verde tinha tido sempre uma tarifa social desde o início da sua constituição, não tinha era os termos da atual adesão.-----
- Informou que as listas tinham sido pedidas à DGAL pela primeira vez no ano anterior, as listas tinham sido trabalhadas e cruzadas com a lista dos beneficiários da tarifa social e com os potenciais beneficiários. O que tinha sido deliberado em Conselho de Administração e enviado à ERSAR para dar parecer e mais tarde tinha ido à Reunião de Câmara Municipal para ser aprovado, tinha a ver com a questão do que seria mais benéfico para os beneficiários, tinha sido trabalhada a questão, e o Conselho de Administração da Tavira Verde decidiu pela aplicação da adesão do DL 147/2017, porque era mais abrangente e mais justo. Deu o exemplo que na tarifa social os pensionistas com pensões abaixo do valor de referência (5.808,00€), mas que auferiam outros rendimentos prediais ou capitais, era exigido apenas a prova com a pensão, havendo alguma injustiça na tarifa social.-----
- Mencionou que aquela questão da tarifa social tinha sido levantada muitas vezes pelo Bloco de Esquerda no antigo executivo, mas só naquele momento tinha sido possível rever. ----
- Referiu que o montante dos cento e oitenta e dois mil euros, era uma estimativa, um consumo médio espetável.-----
- Aludiu que a tarifa social a clientes não-domésticos era aplicada a Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS e a entidades sem fins lucrativos, inclusivamente o parecer da ERSAR dizia que não devia de haver tarifário social para não-doméstico, disse que discordava, e por isso pelo menos naquele ano vão manter o tarifário não-doméstico social, e estava em



análise pelo Conselho da Administração no próximo ano efetuar um protocolo ou um contrato programa, havendo ainda algumas dúvidas jurídicas, se a Câmara podia entrar ou não com aquele pagamento, porque o Decreto-Lei previa que pudesse haver outras situações, mas tinham que ser aprovadas pela Assembleia Municipal. -----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira**, cumprimentou todos, com uma saudação especial para o público que acompanhava em direto e através das Redes Sociais. -----

--- Congratulou a preocupação social com o ajustamento da quantidade de água que poderia ser consumida por cada contador para ser beneficiário da tarifa social. -----

--- Colocou uma questão técnica, um contador podia servir por exemplo uma pessoa idosa, com um consumo muito baixo, mas por exemplo, um reformado que habitasse num local servido por um contador, e esse contador servisse uma família que tinha oito pessoas, fazendo um consumo normal e higiene normal ultrapassava claramente o teto para a tarifa social, questionava se existia alguma ponderação, para uma situação daquelas. -----

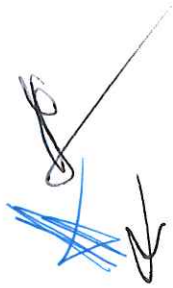
--- **A Presidente da Câmara Municipal**, respondeu que a Tavira Verde tinha um tarifário para famílias numerosas, mas que não era tarifa social, mas podia ser uma família numerosa e ter direito à tarifa social, podia acontecer. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira**, referiu que toda a informação explanada pelo executivo da Câmara Municipal, mostrou que aquela proposta iria trazer maior rigor, maior transferência e maior justiça na aplicação da tarifa social e que havia uma vantagem naquela adesão que iria passar de 700 beneficiários para uma estimativa para 1300 beneficiários, ou seja, quem ganhava era o Concelho de Tavira, eram as famílias carenciadas, as famílias numerosas, portanto havia toda uma vertente social bem clara e bem vincada. -----

Podia-se considerar que era um Município que apoiava as famílias, que era um município que tinha a questão social sempre na sua opção política e nas políticas aplicadas pela Câmara Municipal. -----

--- Aludiu que a proposta derivava da estrita aplicação da Lei que já tinha sido mencionada pela colega Deputada Municipal Ana Rita Pacheco que era o Decreto-Lei 147/2017, o qual era muito claro e objetivo, mas era com muita perplexidade que face aos benefícios que a adesão aquela medida trazia para os beneficiários, face à introdução de três áreas que eram tão importantes rigor, transparência e justiça e dado derivar da estrita aplicação da Lei, que já devia ter sido feita, mas que não tinha sido e ia a tempo, a perplexidade da bancada do Partido Socialista derivava, que o PSD na reunião Câmara Municipal quando foi votada a proposta tinha-se absterido relativamente aquela proposta. -----

--- Acreditava que face a todos os benefícios daquela adesão a Assembleia Municipal aprovasse por unanimidade uma proposta daquela natureza. -----



--- **O Deputado Municipal Artur Gomes**, considerava que a presença da Presidente da Câmara Municipal já era condicionante suficiente ao debate em questão e visto que um dos Vereadores Municipais do PSD que tinha estado na reunião de Câmara Municipal onde se abstiveram, se a Presidente da Câmara Municipal podia apresentar o seu ponto de vista, e para não haver dualidade de critérios devia ser ouvido o Vereador do PSD que esteve presente na reunião de Câmara Municipal.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, clarificou que quem tido apresentado aquela proposta tinha sido a Vereadora Sónia Pires, a Presidente da Câmara Municipal apenas tinha respondido a uma pergunta, mas na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Tavira Verde.-----

--- Alertou que nos termos do disposto no Artigo 44º do Regimento da Assembleia Municipal que tinha sido votado em unanimidade por todos os Deputados Municipais, o "Uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal"-----

1. A palavra é concedida ao Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto legal, ou ainda ao Vereador que aquele indicar..."-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal**, elucidou que a Deputada Municipal Jovita Ladeira tinha perguntado à Câmara Municipal se os vereadores do PSD se tinham absterido na votação da proposta em questão, tinha confirmado que estava ausente no momento da votação, e quem deveria ter respondido era o Vice-Presidente da Câmara Municipal, e a Deputada Municipal Jovita Ladeira diria se ficava satisfeita com a resposta ou não.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira**, esclareceu, que a interpelação à mesa teve a ver com a condução dos trabalhos e o voto para confirmar a posição dos Vereadores do PSD, mencionou que fez um comentário a dizer que tinha ficado perplexa pelos pressupostos que elencou da posição de voto da Bancada do PSD, mas não pediu nem quer explicações, estando presente a bancada do PSD e sendo um fio condutor, e tinham todo o direito em ter duvidas e uma posição de voto totalmente diferente da bancada do PS.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, disse que não tinha dúvidas na sua intervenção, mas visto que tinha sido permitido, passou a palavra ao Vereador Municipal Dinis Faísca.-----

--- **O Vereador Municipal Dinis Faísca**, agradeceu ao Vice-Presidente e ao Presidente da Assembleia Municipal por lhe terem dado o uso da palavra para esclarecer a perplexidade da Deputada Municipal Jovita Ladeira, disse que o espantava era usar-se tanto e invocar-se tanto a questão de democracia e da flexibilidade de regimento para algumas situações que convém e noutras haver tanta dificuldade em dar a palavra simplesmente para ouvir uma explicação em relação a uma perplexidade apresentada.



--- Esclareceu, que a Bancada do PSD não estava contra um tarifário social que já existia como a Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal Tavira Verde tinha acabado de dizer. O tarifário já existia na Tavira Verde praticamente desde a constituição da mesma, ou seja, o que estava em causa, não era a votação de um tarifário social, o que estava em causa era quem é que suportava o tarifário social até aquele dia, se o custo decorria do lado da Empresa Municipal, ou seja, do lado do privado ou do lado do município, porque era um consórcio era uma empresa com uma parceria pública/privada, cujas implicações decorriam para ambas as partes.-----

--- Relatou, que o decreto-lei 147/2017 vinha dizer que quem tinha obrigação de assumir aquele encargo eram os municípios, que aderiam, sendo livre a adesão. O município ao longo daqueles anos não aderiu, naquele ano decidiu aderir, portanto a abstenção por parte da bancada do PSD era o momento da adesão.-----

--- Explicou que ao longo dos últimos meses o PSD tinha dado conta e os Tavirenses também que a Tavira Verde indevidamente e de forma abusiva tinha vindo a aplicar os tarifários e o aumento dos tarifários, numa situação tinha sido a Tavira Verde que tinha aplicado o tarifário de 2022 e assumido aquele erro tendo devolvido aquele valor de dezembro de 2022 só que o tarifário tinha sido aprovado em reunião da Câmara Municipal a sete de março de 2023, logo a devolução teria que ser feita até ao dia 7 de Março de 2023, para além do que tinha cobrado a mais em todos os anos em que tinha havido aumento, porque tinha ido verificar nas faturas pessoais desde 2010.-

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, cortou a palavra ao Vereador Dinis Faísca e explicou que tinha sido dada autorização para falar apenas porque que a bancada do PSD se tinha absterido na votação da proposta na reunião de Câmara Municipal, o outro assunto tinha sido vastamente explicado nas redes sociais e não estava a votação.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal**, informou que a Tavira Verde na fatura de maio, iria devolver tudo aquilo que o Vereador Dinis Faísca tinha publicado nas redes sociais. As devoluções iriam ser efetuadas desde 2017. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo**, pediu para ser esclarecido, se com aquela adesão era a Câmara Municipal que passava a injetar o dinheiro na Tavira Verde da diferença do tarifário social. E que antes era a empresa privada no seu total que pagava.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal**, elucidou que o Decreto-Lei, os pareceres da ERSAR, eram perfeitamente esclarecedores quem era que pagava a tarifa social, nos termos em que se estava a aprovar a proposta de adesão. O importante era saber se a Assembleia Municipal queria aplicar a tarifa social no termos do DL 147/2017. -----



--- A votação era se se aplicava uma tarifa social mais justa, mais equilibrada, com mais justiça social e que podia chegar a muitos mais agregados e inclusivamente porque estava a ser contemplada que se fizesse de forma automática. Nos termos da Lei dizia exatamente como era feito e qual era a percentagem que a Câmara Municipal assumia. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação PROPOSTA N.º 115/ 2023/CM - TARIFAS SOCIAIS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO E DE RESÍDUOS, PARA UTILIZADORES DOMÉSTICOS - ADESÃO AO REGIME DA TARIFA SOCIAL** que foi aprovada por maioria com desaseis (16) votos a favor dos deputados municipais José Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Cristina Palmeira, Nuno Mateus, Maria Romão, José Mateus Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins e Gonçalo Santos, onze (11) abstenções dos deputados municipais Muriel Neto, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Silvino de Oliveira, Jorge Cruz, Ana Rita Pacheco, António Brito, Elsa Ribeiro, Artur Gomes, Ana Margarida Baioa e Rafael Dias.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, comentou que já tinha entendido quem era contra a tarifa social. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes**, indignou-se com o comentário do Presidente da Assembleia Municipal após uma votação, dizendo, que o mesmo provava a não isenção. -----

--- A Bancada do PSD não estava contra tarifas sociais, estavam contra a forma como se formulou a proposta, o que era completamente diferente. -----

--- Disse que não permitia que o Presidente da Assembleia Municipal nem ninguém dissesse palavras que não tinham sido proferidas pela bancada do PSD ou dos seus representantes ou fizessem comentários completamente contra a honra da bancada do PSD.-----

--- Exigiu que o Presidente da Assembleia Municipal refletisse porque a democracia era aquilo, poder-se-ia votar da forma que se quisesse e o Presidente da Assembleia Municipal teria que aceitar porque era esse o seu papel, ser isento. -----

--- **Terminados os pontos em apreciação e votação, o Presidente da Assembleia Municipal disse que passavam ao período de intervenção do público, tinha oito inscrições e pediu para que as intervenções não ultrapassem os três minutos, passando a palavra ao munícipe Nuno Vaz.** -----

--- **O munícipe Nuno Vaz** cumprimentou os presentes e os que estavam a assistir nas redes sociais, falou para a Presidente da Câmara Municipal dizendo que o investimento nas infraestruturas da Câmara Municipal tornavam-se urgentes quando colocavam em causa a saúde e o bem-estar quer dos trabalhadores, quer da população em geral, dando como exemplo, os armazéns e as oficinas camarárias, solidarizando-se com os trabalhadores que





estavam presentes e representados, assim como o Centro Coordenador de Transportes onde a estrutura revelava evidentes sinais de degradação. -----

--- Explicou que na Sessão da Assembleia Municipal de fevereiro de 2022 em representação do PCP de Tavira, tinha sido colocada à Presidente da Câmara Municipal, três questões relativas ao preocupante estado de degradação do Centro de Coordenador de Transportes, a resposta tinha sido dada na mesma sessão e que era intenção da Câmara Municipal intervir e citou: *“Vão iniciar uma prestação de serviços para avaliação dos custos que se prendem com ensaios e sondagens que são necessários para analisar as condições de segurança do edifício e em consequência das patologias e do diagnóstico, fazer um projeto de reforço das estruturas, que está realmente a precisar”*, respondeu à Presidente da Câmara Municipal, que passados aqueles meses, novamente na Assembleia Municipal voltam a insistir na urgência da resposta às condições de segurança do edifício em questão, na resposta na altura a Presidente da Câmara Municipal, admitiu que tinha como intenção avançar com o procedimento, mas ainda não estava a decorrer nenhum e a Presidente tinha afirmado também que a Câmara Municipal faria com os próprios serviços algumas melhorias de algumas deficiências identificadas, enquanto reconhecia a gravidade da situação e a necessidade de uma avaliação à estrutura do edifício a ser feita o quanto antes.-----

--- Questionou novamente se já tinha sido feita a imperativa vistoria e a avaliação do estado do edifício. Se sim, qual a entidade que tinha realizado a vistoria, e quais as conclusões a que essa vistoria tinha chegado. -----

--- Disse que não era aceitável a prorrogação daquela questão, o estado de degradação, os visíveis problemas estruturais, inclusive ao nível das fundações que eram bastante visíveis, o risco para a segurança dos seus utilizadores e utentes exigiam compromisso com datas para avaliação do edifício.-----

--- **O munícipe Artur António Guerreiro Sanina**, saudou à Assembleia Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo Câmara Municipal, os Deputados Municipais presentes. -

--- Disse que tinha duas questões para colocar à Presidente da Câmara Municipal, referiu que o PS era executivo desde 2009, e até apresentar um plano estratégico local da habitação tinha levado 14 anos e nenhuma habitação pública tinha sido edificada durante aquele tempo.-----

--- Relatou que o levantamento que serviu de base à preparação do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (1º Direito) indicou apenas sete (7) agregados familiares com graves problemas habitacionais, no entanto em 2021 a Câmara Municipal tinha registado cerca de 200 pedidos, validados na habitação social. No quadro estratégico local da habitação, estava previsto até 2023 a construção de cinquenta (50) fogos, objetivo que se enquadrava no programa do 1.º Direito, e para tal estavam previstos no período 21/23 nas várias, medidas



cinco virgula cinco milhões (5.5) milhões de euros, mais cinco virgula um (5.1) milhões de euros, até ao ano de 2026. -----

--- Contabilizou que se tivesse havido a construção de dez (10) casas em cada ano, ao final de catorze (14) anos do PS enquanto executivo na cidade de Tavira, teriam sido construídas cento e quarenta (140) casas. -----

--- Questionou, que critérios tinha havido para apresentar um número tão baixo de situações habitacionais a resolver quando os serviços da Câmara Municipal tinham cerca de duas centenas de pedidos. -----

--- Qual era a explicação para não ter sido cumprida a meta dos 50 de fogos em 2023. -----

--- A que se referia, com construção a custos controlados, seria como Faro, que colocou à venda 90 fogos, ditos a custos controlados com o valor de duzentos mil euros (200.000 €). -----

--- **O munícipe José Manuel do Carmo**, referiu que o governo apresentou muito recentemente uma proposta para que fosse feito um levantamento pelas Câmaras Municipais das casas desocupadas há mais de dois anos, com o fim de impor o arrendamento coercivo. Afirmou, que no início do mandato do Presidente Jorge Botelho, tinha sido efetuado o levantamento das casas devolutas da cidade de Tavira. -----

--- Questionou se a Câmara Municipal estaria a atualizar esse levantamento e se pensava seguir as orientações do Governo. -----

--- Perguntou qual o entendimento da Câmara Municipal de Tavira como habitação devoluta, quais as medidas pensadas para a Câmara Municipal adotar e incentivar a colocação no mercado das habitações fechadas, quais as medidas para recuperar o edificado privado degradado e a sua colocação no mercado de arrendamento. -----

--- O munícipe **Ivo Melita Soares**, disse que tinha sido anunciado um importante investimento para a recuperação das casas camarárias, no entanto, ainda fazia falta fazer muito, a Quinta das Salinas, Porta Nova, entre outros não tinham recebido qualquer renovação. Afirmou que muitas das casas desocupadas por diversas razões ainda estavam por atribuir, muitas das casas pertencentes ao Município de Tavira em vários locais, estavam degradadas e poderiam ajudar a mitigar a necessidade habitacional. -----

--- Referiu que existia a necessidade de redistribuir a dimensão das habitações atribuídas à dimensão do núcleo familiar e questionou quais as casas de Habitação Social que tinham sido efetivamente recuperadas, quando pensavam recuperar as restantes e qual o plano apresentado para a recuperação em falta. -----

--- Quantas casas que eram propriedade do Município em diversos locais, que estavam degradadas e que poderiam ser disponibilizadas para a habitação social. -----



--- Referiu que no prédio onde vivia existiam três casas fechadas uma delas havia mais do ano sem ser habitada. -----

--- Mencionou os Clubes selvagens que existiam na cidade instalados em edifícios Câmara Municipal, enquanto não havia lares, infantários e Atividades Tempo Livres (ATL).-----

--- Questionou quais as atividades sociais e culturais existentes desde os Leões até ao Clube de Caça e Pesca, porque o que existia era apenas um negócio para os diretores dos clubes, arrendamento de bares, para aniversários, casamentos e outras situações similares. -----

--- **O município Jorge Pereira**, falou sobre a estrada reta junto à “Fazenda da Gatoa” onde tinha sido colocada uma vedação e onde tinham “apanhado” 1,25m de estrada, o que levou a que a estrada ficasse mais apertada naquela zona e pediu para ser averiguada a situação. -----

--- **O município Filipe Avô**, cumprimentou todos os presentes e os que assistiam em casa, apresentou-se Delegado Sindical da Câmara Municipal de Tavira, e como representante dos trabalhadores, em especial dos trabalhadores dos armazéns municipais. Falou sobre o Caderno Reivindicativo enviado algumas semanas atrás, obtendo resposta recentemente.-----

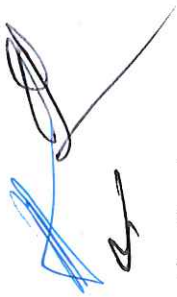
--- Agradeceu a colocação do ar condicionado no refeitório sendo uma mais-valia para os trabalhadores, conseguindo almoçar em condições normais.-----

--- Em primeiro lugar pronunciou-se sobre as telhas de amianto dos armazéns, existindo telhas estaladas, com remendos de silicone e que estavam a libertar amianto, que era altamente cancerígeno.-----

--- Alegou que os armazéns não tinham condições de trabalho, no inverno trabalhavam de Kispo, luvas e gorro na cabeça, chegando a trabalhar com temperaturas negativas e no verão trabalhavam em troco nu e de lenço na cabeça por causa do suor, com temperaturas acima dos 45 graus, os trabalhadores estavam revoltados, e convidava o executivo a ir visitar os trabalhadores de vez em quando. -----

--- Segundo ponto - arguiu que os trabalhadores, exigiam a remoção do amianto na sua totalidade, sabiam que era um trabalho dispendioso e moroso, mas talvez pudesse haver algum isolamento que libertasse menos amianto ao que eles já ficavam satisfeitos, apenas exigiam melhores condições de trabalho. -----

--- Referiu que trabalhava para o Município havia 30 anos, desde 1993, e que naquele tempo havia nos armazéns uma máquina, ligada à rede pública que refrescava a água, a máquina tinha sido retirada porque tinha uma avaria e nunca mais tinha sido reposta a água fresca. O Município de Tavira tinha colocado um frigorífico no refeitório, que agradeceu, mas não era suficiente para todos os trabalhadores, existiam outros frigoríficos que vários colegas tinham trazido de casa, mas mesmo assim não eram suficientes. -----



--- Questionou se seria difícil a colocação de um ponto da água fresca, não eram garrações de água, apenas uma máquina ligada à rede pública de água que refrescasse a água. Cada trabalhador, dentro dos armazéns, bebia em média 5/6 litros de água por dia.-----

--- O terceiro ponto que queria expor era a jornada contínua de trabalho, muitos dos trabalhadores trabalhavam ao sol. No verão era altura de ir apanhar murta, e era horrível trabalhar naquelas condições, se houvesse a possibilidade de trabalharem das 7 horas da manhã e sair às 13 horas era muito bom.-----

--- Por fim, alegou ser inadmissível existirem funcionários a trabalhar há cerca 5/6 anos no Município e ainda não terem tido formação de Higiene e Segurança no Trabalho, formação que era obrigatória por Lei. -----

--- Alegou que os trabalhadores estavam desmotivados e sentiam-se abandonados pelo executivo, convidou o executivo a falar um pouco com os trabalhadores.-----

--- **O município José Manuel Reis**, cumprimentou os Presidentes da Assembleia Municipal e Câmara Municipal, começou por dizer que iria terminar o mandato como Presidente do Ginásio Club de Tavira, no dia 24 de junho de 2023, dia da cidade, que iam haver eleições e como sequência era questionado com frequência sobre a situação do Relvado Sintético do Campo do Ginásio, como estava a relação do Ginásio Club de Tavira com a Câmara Municipal, ao que ia respondendo o que sabia em conversas com o executivo, a última informação que tinha tido, em janeiro de 2023 na reunião de Câmara Municipal tinha questionado como estava exatamente a situação da substituição do relvado do campo e tinha sido informado pela Presidente da Câmara Municipal que teria havido uma reclamação à Empreitada de Substituição do Relvado, mas que avançaria em breve. -----

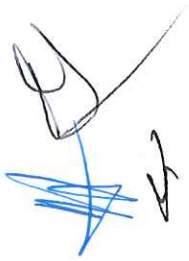
--- Vinha questionar novamente, porque o Campeonato estava a terminar, teve conhecimento que o relvado de Monte Gordo ia ser interditado, que a nova época tinha de ser preparada e sem a substituição do relvado do Campo do Ginásio e sem o Campo de Monte Gordo, questionava-se onde os miúdos iriam treinar e jogar.-----

--- Disse, caso saísse da direção do Clube Ginásio de Tavira, gostava de deixar tudo tratado antes das eleições, para quem o fosse substituir não tivesse os mesmos problemas que tinha enfrentado nos 2 últimos mandatos. -----

--- Aproveitou para perguntar na mesma sessão, o porquê da não resposta à carta aprovada em Assembleia Geral do Clube Ginásio de Tavira, no dia 22 de abril de 2022, e entregue à Câmara Municipal a 27 de abril de 2022 e que numa tentativa de acabar com as divergências que têm existido ao longo dos últimos anos, entre Município de Tavira e o Clube Ginásio de Tavira, estando em causa os protocolos assinados, entre as duas entidades e que a Câmara Municipal não cumpriu. -----



- Referiu que, a certa altura a Direção do Ginásio e a Assembleia Geral do mesmo decidiram colocar em Tribunal a Câmara Municipal por incumprimento do que estava protocolado, protocolos assinados de boa-fé, sem cláusulas de incumprimento. -----
- As duas direções anteriores, decidiram tentar terminar com esta situação, apresentando uma proposta à Câmara Municipal para retirar a queixa, em troca solicitavam que fosse cumprido parte do protocolo, ou seja, substituição do relvado porque estava impraticável, e que fosse disponibilizado ajuda para a elaboração do projetos e processos conforme o protocolo e mais algumas coisas necessárias, mas apenas ajuda e quando essa situação tivesse sido realizada, seria retirada a queixa.-----
- Comunicou que toda a informação dada à Câmara Municipal iria ser publicada no site e no Facebook da Ginásio Clube de Tavira, para terem conhecimento do que tinha sido feito. -----
- Alegou, que passado um ano ainda não obtiveram resposta à carta enviada. A nova época tinha de ser preparada, com mais ou menos equipas, a época fazia-se, mas os pais que tinham apostado na direção, nos treinadores, gostavam que os miúdos que jogassem futebol e que tivessem sucesso e para o sucesso era necessário muito trabalho e boas condições de trabalho e com algum dinheiro. -----
- Referiu que no ano anterior o Clube tinha recebido dez mil euros, mas aquele valor não dava para pagar as inscrições e as inspeções médicas dos miúdos, o resto do valor vinham de outros rendimentos. -----
- Questionou, se iam responder à proposta apresentada e solicitada pelo Município. Na proposta, era sugerido a devolução do direito de superfície, porque faltavam 6/7 anos para terminar, para o Clube poder fazer as obras necessários que a Câmara Municipal não fez e que devia ter feito, disse ainda, que da parte do Ginásio não tinha havido nenhum incumprimento. O Município tinha efetuado uma proposta para a renovação do protocolo por mais 75 anos a qual tinha sido negada.-----
- O Ginásio não pedia mais dinheiro, apenas colaboração e apoio à semelhança do que era feito com outros clubes.-----
- O Município **Bruno Miguel Luz**, cumprimentou todos os eleitos do executivo, a mesa da Assembleia Municipal, os deputados municipais, trabalhadores da autarquia, o público presente e o que assistia em casa.-----
- Apresentou-se dizendo que desempenha as funções de coordenador do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins - STAL e era naquela qualidade que interviria, o Caderno Reivindicativo apresentado pelo município Filipe Avô, tinha obtido resposta, mas a resposta apresentada pelo Município não servia os interesses dos trabalhadores. -----



- Alegou que estavam na Assembleia Municipal numa forma de exigir à Câmara Municipal uma resposta que os compromettesse com os trabalhadores.-----
- Disse que sabia que no Caderno Reivindicativo não se conseguia resolver tudo num só dia e que os trabalhadores sabiam disso e que não iam exigir o impossível. Mas havia um conjunto de matérias que nos plenários com os trabalhadores eram sempre faladas, e achavam que eram importantes que fossem avaliadas e resolvidas, havendo um compromisso do município e do executivo com o sindicato e com os trabalhadores na perspetiva de melhorar a vida dos trabalhadores.-----
- Expôs, que durante a Assembleia Municipal, tinha sido falado sobre os problemas sociais do Concelho, lembrou que a maioria dos trabalhadores CMT são residentes no Concelho de Tavira e a Autarquia também tinha de olhar internamente para os problemas e bem-estar dos trabalhadores e tentar resolver e minimizar as reivindicações.-----
- Recordou que o Caderno Reivindicativo era a forma que os trabalhadores tinham de expressar as suas reivindicações junto das entidades patronais, naturalmente faziam-no junto do sindicato que achavam que os devia representar.-----
- Informou que o sindicato tinha sido mandatado no último plenário para apresentar apenas as questões mais importantes, pois o Filipe Avô já tinha falado de algumas.-----
- Começou por falar da Opção Gestionária que era a forma que os trabalhadores tinham para progredir na carreira, não havendo Opção Gestionária e os Municípios não praticando essa opção, as avaliações transformam-se em pontos e assim uma progressão de forma geral, 75% dos trabalhadores levam 10 anos para progredir na carreira, em números redondos falava-se de cerca de 50,00€. Lembrou que 50,00 € num espaço temporal de 10 anos não faziam face ao aumento do custo de vida, muito menos nos tempos que se vivia com aumento do custo de vida, que tinha subido abruptamente.-----
- Explicou, em traços gerais como funcionava a Opção Gestionária, 75% dos trabalhadores conseguiria em 6 anos progredir na carreira em vez de levarem 10 anos, apenas eram necessárias 3 avaliações de adequados.-----
- Pensavam que a resposta do município era discriminatória, dizendo que em 2022 pela primeira vez usaram da Opção Gestionária, e essa atitude tinha sido valorizada, mas não tinham sido abrangidos todos os trabalhadores e dizendo ainda que para 2023 estaria previsto um prémio de desempenho, opção que também não iria abranger a totalidade dos trabalhadores.-----
- Alegou que os prémios de desempenho pela Lei eram discriminatórios, porque eram necessárias determinadas avaliações para conseguir para ter direito aos prémios de desempenho.-----



--- Recapitulou que os trabalhadores solicitavam que o Município ponderasse a Opção Gestionária, naturalmente também não iria abranger todos de uma vez, porque era natural porque nem todos estavam em condições de progredir na carreira, mas se a autarquia ao longo dos anos fosse promovendo Opção Gestionária, disse que tinha a certeza de que os trabalhadores teriam as vidas mais facilitadas. Os trabalhadores tinham sido muito prejudicados com a política dos salários baixos. -----

--- Exemplificou que um trabalhador na carreira de Assistente Operacional que entrasse no Município com 20 anos, alcançaria o topo de carreira com 110 anos, estava a ser usado um sistema de avaliação que impedia os funcionários de progredir. Aludiu com isto não querer dizer que a Opção Gestionária seria o melhor método de avaliação, mas seria o menos mau, e que o Município devia utilizar as ferramentas ao seu dispor para tentar minimizar o dano pelo sistema de avaliação adotado.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal**, começou por responder ao munícipe **Bruno Luz**, dizendo que tinha sido aplicada em 2022 pela primeira vez a Opção Gestionária em relação a avaliação de 2021, em 2024 seria aplicada em relação à avaliação de 2023, porque eram ciclos bianuais, e a Lei o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública – (SIADAP) assim o referia. Para 2023 estava previsto em orçamento também Prémios de Desempenho.-----

--- Questionou o munícipe na qualidade de Coordenador do STA quantos Municípios estavam a optar pela Opção Gestionária.-----


--- Afirmou que os Sindicatos tinham um papel muito importante e que deviam reivindicar uma situação que era transversal a toda a Administração Pública que eram os baixos salários. -

--- Disse que a Administração Pública não conseguia contratar Técnicos Superiores, arquitetos, engenheiros, porque ninguém queria ganhar 900,00€, que era só mais 100 €, que um Assistente Administrativo, que ganhava mais 50,00€ que o Assistente Operacional. -----

--- Asseverou que os Sindicatos tinham uma função muito importante, mas tinham de ir à essência da questão que era a unificação das carreiras, disse que o trabalho dos Sindicatos era reivindicar por melhores condições para todos, e aí o Município aplicaria.-----

--- Alegou que a prova que o Município respeitava os Cadernos Reivindicativos era que tinha sido apresentado no ano passado e tinha sido respondido a 29 de julho de 2022 e o que entregaram no final fevereiro tinha sido respondido no dia 10 de abril de 2023 pelo que existia o maior respeito pelos Sindicatos.-----

--- Segundo a questão, tinha afirmado que os trabalhadores eram o melhor bem que Município tinha, os executivos iam e vinham, os trabalhadores estavam sempre presentes, numa missão de trabalhar para a comunidade, e alegou que por ela terão sempre o maior



respeito. Disse que, o munícipe Filipe Avô referiu que os trabalhadores não se sentiam acarinhados por parte da Presidente da Câmara Municipal, estava completamente disponível para reunir com os trabalhadores, sempre, e se não era isso que se passava, alguma coisa estava errada e que tinha de ser corrigida.-----

--- As outras questões, o Município tinha Acordo Coletivo de Empregador Público-ACEP, o combate à precariedade, o Município não tinha contratos a termo certo, apenas para o Parque de Campismo da Ilha de Tavira porque funcionava temporariamente. -----

--- Existia um mapa de pessoal pronto a abrir uma série de lugares, precaridade na Câmara Municipal de Tavira, não existia, tinham sido convertidos todos os vínculos precários com o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública – PREVPAP.-----

--- Em relação a garantir o acesso à Formação Profissional, sempre existiu Formação de Higiene e Segurança no Trabalho, mas tinha havido um processo de troca dos responsáveis de HST entre o Município de Tavira e o de Faro que demorou mais do que se estava a espera, também tinha havido alterações significativas na agora Divisão de Recursos Humanos, esperava poder retomar a formação interna de Higiene e Segurança no Trabalho, obviamente que a ideia era que todos os Assistente Operacionais tivessem formação desde o primeiro dia.-

--- Informou que estava a decorrer um processo para Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho, para melhorar a Equipa. -----

--- SIADP, existia na CMT desde o primeiro dia que tinha entrado para o executivo, e assim que tinham sido descongeladas as alterações remuneratórias tinham sido pagos os retroativos. -----

--- O suplemento remuneratório é aplicado no âmbito da Lei, a Lei era muito específica muito criterioso para quem tinha aquele subsídio, se um sindicato conseguisse estender a todos os Assistente Operacionais era ótimo. -----

--- Jornada continua levantava algumas questões, as férias fora da época normal não estavam previsto no ACEP e não tinha sido previsto o assédio no trabalho, já estava o Código de Conduta aprovado, as Instalações Municipais já estavam a preparar uma empreitada, as condições da carpintaria estavam sinalizadas, os equipamentos de proteção individual e fardamento, já existia um procedimento em curso para aquisição de mais fardamento, e para substituição do que estava gasto, sem qualquer custo para os funcionários. -----

--- Em relação ao reforço alimentar tomaram nota, refeitório já não existia havia algum tempo, e era um problema.-----

--- Respondeu ao munícipe Nuno Vaz, em relação ao Centro de Coordenador de Transportes, tinha sido efetuada uma visita apenas de um técnico de uma empresa para ajudar a elaborar o Caderno de Encargos, com vista à avaliação das patologias, ou seja, efetivamente ainda não





existia a prestação de serviços, no entanto, tinha-se vindo a fazer algumas melhorias com meios do Município.-----

--- Objetou ao munícipe Artur Sanina, que não se recordava de alguma vez a Câmara Municipal ter dito que só tinha 7 agregados familiares em situação de em vulnerabilidade social. -----

--- Considerou a hipótese de terem dito que dentro dos duzentos e trinta (230) agregados familiares em situação de vulnerabilidade, sete (7) estariam com ações de despejo eminentes, isso acreditava, mas haviam muitas pessoas que viviam em casas sem condições de salubridade. -----

--- Disse que o munícipe tinha razão, gostaria que a estratégia de habitação do Município já tivesse sido implementada, gostaria de já ter as empreitadas lançadas, mas infelizmente ainda estava na fase de execução dos projetos, todavia disse que os projetos existentes tinham a ver com o Loteamento que se queria comprar, e que ainda naquela semana tinham sido feitas diligências para que o administrador de insolvência fornecesse os preços por lote. -----

--- Referiu que o Loteamento tinha sete (7) lotes sendo possível a construção de setenta e três (73) ou setenta e quatro (74) fogos de habitação, que seriam habitação social, que era onde o Município tinha mais necessidade. -----

--- Informou que estavam a desenvolver também vinte e quatro (24) casas de habitação social para Cabanas, seis (6) para Santo Estêvão e projetos de Loteamento para Cachopo, e portanto, gostaria que tivesse mais adiantado e que já existissem obras no terreno mas que ainda não tinha sido possível.-----

--- José Manuel do Carmo, casas devolutas, as orientações e as estratégias para “Mais Habitação” não estavam ainda contempladas, não havia legislação pensava ter havido inclusivamente uma prorrogação do prazo de consulta, por mais uns dias. -----

--- O Município tinha uma reunião agendada com a fiscalização sobre o levantamento das casas devolutas ou com algum estado degradação, que estavam sinalizadas no Centro Histórico dentro da Área de Reabilitação Urbana - ARU e isso ainda do tempo do anterior Presidente da Câmara Municipal Jorge Botelho, mas queriam alargar á cidade de Tavira, para depois se aplicar o agravamento do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI. -----

--- Informou que o município tinha apostado na estratégia de exercer o direito de preferência em algumas casas de habitação social ou custos controlados, casas que mais facilmente se conseguiam pela disponibilidade das famílias, sendo casas com condições de habitabilidade razoáveis.-----

--- Para o munícipe Ivo Soares, referir que a reabilitação da habitação social já tinha avançado, e estavam sinalizados como prioritários, a reabilitação dos Bairros Sociais da Quinta das Salinas, a Porta Nova e Cabanas. -----



- Transmitiu que estavam em negociações com a Junta de Freguesia de Santa Luzia, delegação de parte das intervenções da reabilitação da Habitação Social à semelhança de um contrato anterior em que a Presidente de Junta de Freguesia tinha vindo a fazer essas intervenções e as substituições de janelas e de cozinhas e já tinha manifestado a vontade de continuar. Ficaram de fazer um levantamento das necessidades para depois tentar fazer um contrato interadministrativo. -----
- Anunciou que tinha falado durante aquele dia com o Presidente de Junta da Freguesia de Cachopo, e acreditava que poderiam adotar uma solução semelhante a Santa Luzia.-----
- Existia um processo a decorrer, para atribuição das quinze (15) casas devolutas de habitação social, que tinham sido arrançadas pelo município e esperava atribuir brevemente.---
- Em relação aos Clubes Selvagens e bares, alegou que conhecia a situação do Clube de Caça e Pesca do Séqua, já tendo sido notificado para retornarem o imóvel, porque não tinha atividade e o que lá se passava era no mínimo estranho. Em relação aos outros tinham bares que tinham sido permitidos pelos vários executivos de modo a gerarem rentabilidade nesses espaços e, portanto, serem menos dependentes financeiramente do Município, muitos deles tinham recebido apoios muito pequenos 2.000€/2.500€ normalmente eram apoios para aquelas despesas muito pontuais. -----
- O Cicloturismo tinha atividade desportiva, os Leões estavam com um projeto interessantíssimo com os miúdos do futebol. -----
- Confirmou ao munícipe Jorge Pereira, que iria avaliar a situação da Fazenda da Gatoa, mas que tinha muitas dúvidas, que a vedação pudesse ser colocada, refletiu a hipótese da área ser da jurisdição da Associação Portuguesa do Ambiente - APA, um lado estava o Rio, no outro o leito de cheia, mas ia confirmar se existia algum processo de licenciamento na Câmara Municipal, alegou que daria nota quando soubesse. -----
- Ao Munícipe Filipe Avô, a informação que recebeu seria que o amianto não estaria danificado, disse que iria pedir uma avaliação dos técnicos, em relação aos bebedouros estavam previstos em vários serviços, não era só nos armazéns ligados à rede e que pudessem ser de água fresca. -----
- Disse que tinha total disponibilidade para reunir durante aquele mês. -----
- Convidou todos para irem aos gabinetes do executivo, para ver como trabalham no inverno, com quantos casacos e às vezes, com luvas, para dizer que o problema do frio não era só nos armazéns municipais. Havia muito o estigma que quem estava nos gabinetes tinha tudo bom e nos armazéns era tudo mau. -----
- Relvado Sintético, referiu que tinha havido uma reclamação com algum tecnicismo, tinha sido respondida, agora decorriam os prazos das plataformas eletrónicas, depois a entrega dos



documentos de habilitação, e assinatura dos contratos existiam prazos, uns 10 dias, mas a plataforma só tramitava quando terminavam os prazos estipulados. -----

--- Acreditava que em junho já poderia haver empreitada. A empreitada tinha um prazo de execução de 90 dias para a substituição do relvado. -----

--- Esclareceu que tinha havido conversações com a direção do Ginásio Clube de Tavira, durante 2 anos e tinham concretizado por escrito, as respostas recebidas tinham sido através de alguns sócios e não da assembleia geral, havendo a dúvida de quem tinha decidido que os setenta e cinco anos (75) não eram aceitáveis se seria a Assembleia Geral ou se eram os sócios que assinavam o ofício, as questões do ofício tinham sido respondidas pelo vice-presidente no prazo máximo das 3 semanas mas o ofício tinha ficado retido na sua Gestão documental, ao que pedia desculpa, porque ficou a aguardar mais desenvolvimentos e acabou por passar, estava a resposta elaborada, iria tentar enviar durante a semana seguinte. -----

--- Afirmou que a questão dos 75 anos era negociável.-----

--- Declarou publicamente, porque já toda a gente tinha percebido, que dizia sempre o que sentia e não gostava de mentir. Se mentia é porque lhe mentiram anteriormente. -----

--- Alegou que nos últimos 2 anos que tinha falado com o Clube Ginásio de Tavira, sempre sentiu que não havia vontade de falar com a Câmara Municipal de Tavira. Pediu desculpa caso estivesse errada, mas tinha sentimentos e aquilo que sentiu, foi efetivamente que não havia vontade de arranjar uma solução, e não era uma solução para a Câmara era uma solução como disse e bem para os jovens de Tavira, porque eram esses que praticavam desporto naquele espaço.-----

--- O Clube Ginásio de Tavira à semelhança dos outros clubes que treinavam no espaço, precisavam de prever as suas épocas e a Câmara, estava sempre do lado da promoção do Desporto, e estimava que a empreitada tivesse terminada em agosto, aquando do regresso aos treinos, mas não conseguia prever, não dependia da Câmara. -----

--- Alegou que tudo fariam, para que pelo menos o campo para treino estivesse pronto no início da época, para jogos oficiais, já não sabia, porque a empreitada também englobava pequenas intervenções nas bancadas, mas dariam nota que a prioridade era o relvado. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, disse que não havia mais intervenções do público, e que a Presidente da Câmara Municipal estaria disponível para reunir quando o Clube Ginásio de Tavira entendesse, mas devido ao adiantado da hora não seria possível naquele momento. -

--- **Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade.** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, agradeceu a presença de todos, aproveitou para dar uma justificação ao público. O público pedia para intervir mais cedo, mas a última vez que o público tinha intervindo no inicio da Assembleia Geral, a sala estava bastante composta e a

partir do momento em que a última intervenção tinham saído todos e não assistiram aquilo que os trazia ao local, que era assistir à assembleia ou ao debate político que acontecia na Assembleia Municipal.-----

--- Aproveitou para explicar ao Deputado Municipal Artur Gomes que era isento, mas não deixava de ser político, tinha sido eleito para um cargo político, eleito por um partido, por vezes descuidava-se, não deixava de ser Deputado Municipal, mas reconhecia a advertência de Artur Gomes e quando tiver que ser chamado atenção, podiam-no fazer, pois aceitaria, dar a cara como sempre tinha dado e pedia desculpa por ter sido incorreto. -----

--- Agradeceu a presença de todos e desejou a todos uma boa noite.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pela uma hora e vinte cinco minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois e lida aprovada vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Manuel Madeira Guerreiro)

As Secretárias,



(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)



(Muriel Cristina Dias Neto)



## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

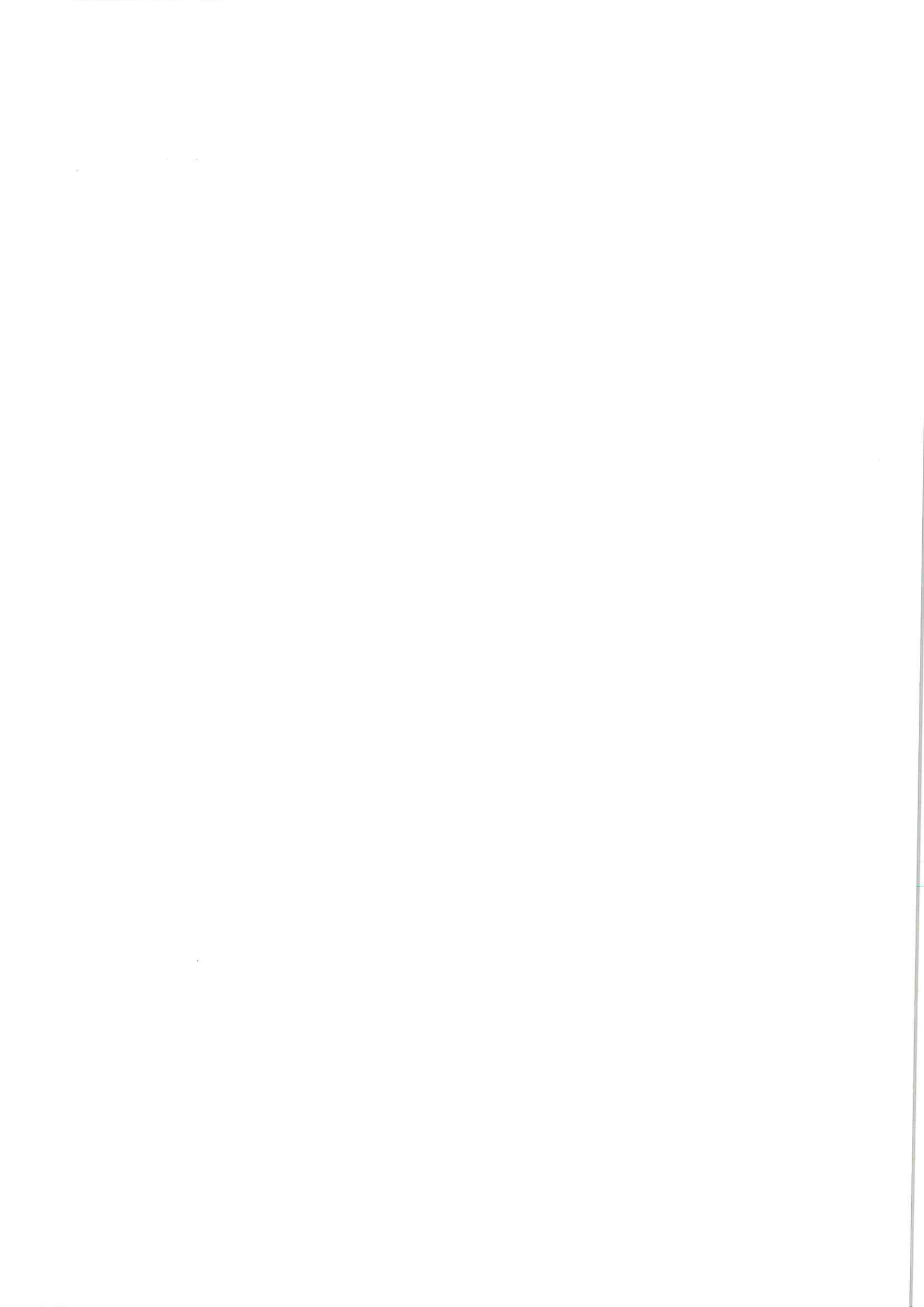
### VOTO DE PESAR

Natural de Castro Marim, João Manuel Guerreiro faleceu no dia 9 de abril de 2023 com 58 anos, vítima de doença prolongada.

Autodidata tornou-se num exímio acordeonista, ultrapassou os seus mestres em excelência e pisou palcos nacionais e internacionais ao serviço do Rancho Folclórico da Luz de Tavira ao longo de várias décadas, em simultâneo com a sua intervenção em grupos de baile e uma carreira profissional desenvolvida no ramo automóvel, grangeando a admiração e reconhecimento dos seus pares e conterrâneos.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 27 de abril de 2023, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de João Manuel Guerreiro.
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada e à direção do Rancho Folclórico da Luz de Tavira, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.





## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

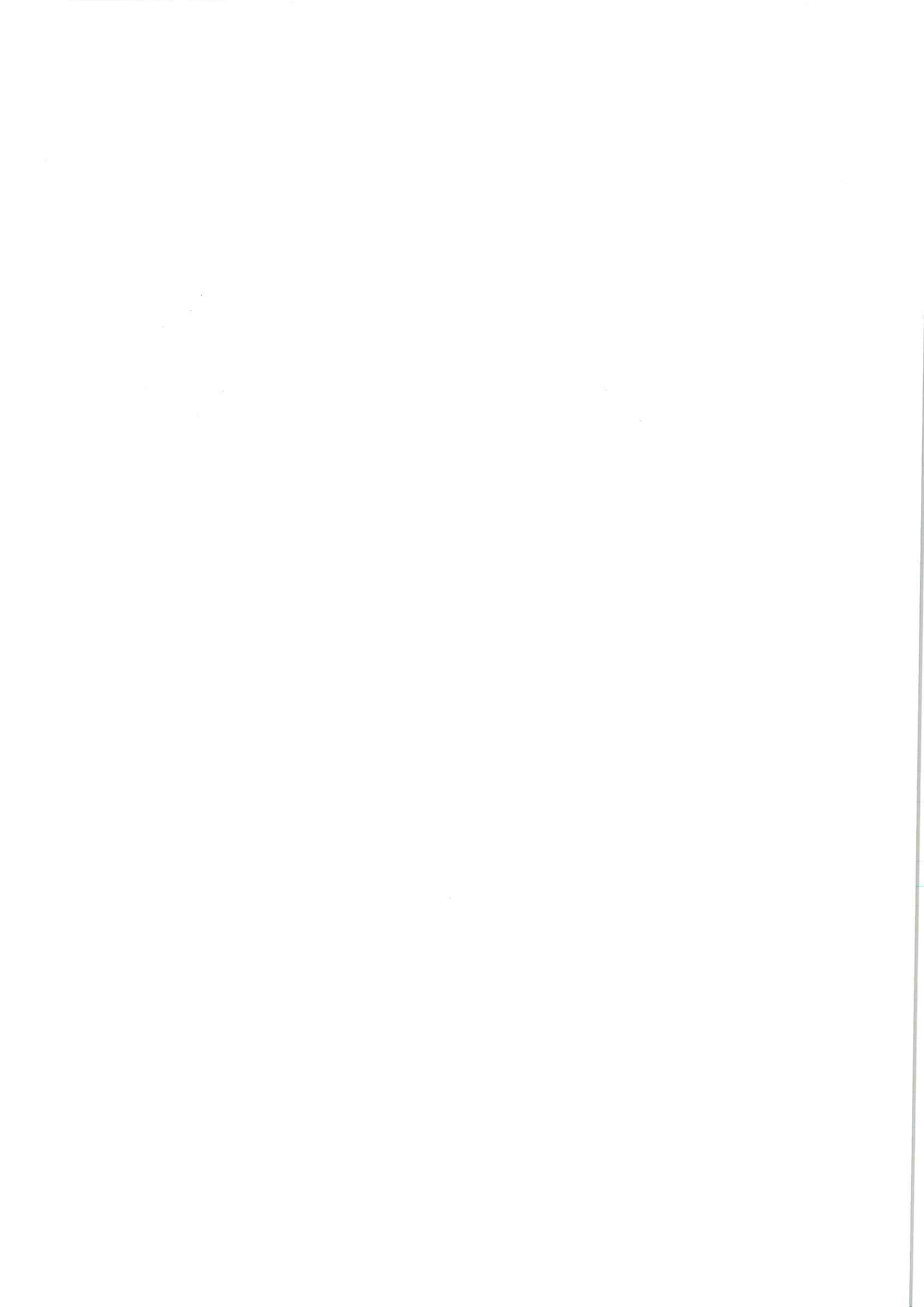
### VOTO DE PESAR

Natural de Safara (Moura), José Nunes Racha Baptista faleceu no dia 16 de abril de 2023 com 61 anos, vítima de doença prolongada.

Funcionário do Município de Tavira, dedicou grande parte da sua vida ao movimento associativo com dedicação e empenho, particularmente na freguesia da Conceição de Tavira, dinamizando grupos de charolas e de teatro popular ao serviço da Casa de Povo da Conceição de Tavira, nos Campeiros ou no Váz-ó-Fica, preservando a cultura local e valorizando e as tradições dos territórios do Barrocal Algarvio.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 27 de abril de 2023, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de José Nunes Racha Baptista.
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada e à direção do Casa de Povo da Conceição de Tavira, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.







Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

### Voto de Congratulação

#### **Nuno Simão e Leonor Lopes, velejadores do Clube Náutico de Tavira, que se apuraram para o Campeonato do Mundo da classe Optimist**

Queremos congratular o Clube Náutico de Tavira e nomeadamente os velejadores Nuno Simão e Leonor Lopes, que se apuraram no passado dia 15 de abril para o Campeonato do Mundo da classe Optimist, que irá decorrer no próximo verão, na Costa Brava, Espanha!

No somatório das duas Provas de Apuramento Nacional da classe Optimist, uma que decorreu em Vilamoura e a que terminou no dia 15 de abril, no Porto, o Nuno Simão ficou em 3.º e a Leonor Lopes em 5.º num Ranking, onde, para o Mundial se apuram apenas os 5 primeiros, sendo o ranking composto por mais de 120 velejadores de todo o país.

Pela primeira vez na história do Clube Náutico de Tavira, 2 velejadores ficaram apurados para o mesmo Campeonato do Mundo.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 27 de abril de 2023, delibera:

- Aprovar publicamente um Voto de Congratulação aos atletas Nuno Simão e Leonor Lopes, bem como aos seus treinadores e dirigentes;
- Enviar o presente Voto de Congratulação aos referidos atletas e ao Clube Náutico de Tavira por estas conquistas;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, ao executivo da Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 27 de abril de 2023

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)





Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

### Voto de Congratulação

#### Clube de Karaté de Tavira pelas classificações obtidas no Torneio Internacional de Karaté Shitoryu Kofukan Cup

Queremos congratular o Clube de Karaté de Tavira pelos lugares no pódio obtidos no Torneio Internacional de Karaté Shitoryu Kofukan Cup, que decorreu no passado dia 15 e 16 de abril, em Celje, na Eslovénia. De salientar que a comitiva constituída por 13 pessoas, conseguiu um excelente desempenho nesta competição internacional de onde se destacam os seguintes resultados:

##### Seniores:

- 1º lugar kumite: Equipa séniores masculinos (Marco Mealha, Bruno Correia e Vitorino Ribeiro)
- 1º lugar Kumite – 84Kg: Bruno Correia
- 3º lugar Kata e Kumite: Vitorino Ribeiro

##### Júnior masculino

- 2º lugar Kata e Kumite: Guilherme Moura

##### Cadete feminino

- 1º lugar Kata: Alice Silva

##### Cadete masculino

- 3º lugar Kata: Miguel Pereira

##### Iniciado masculino

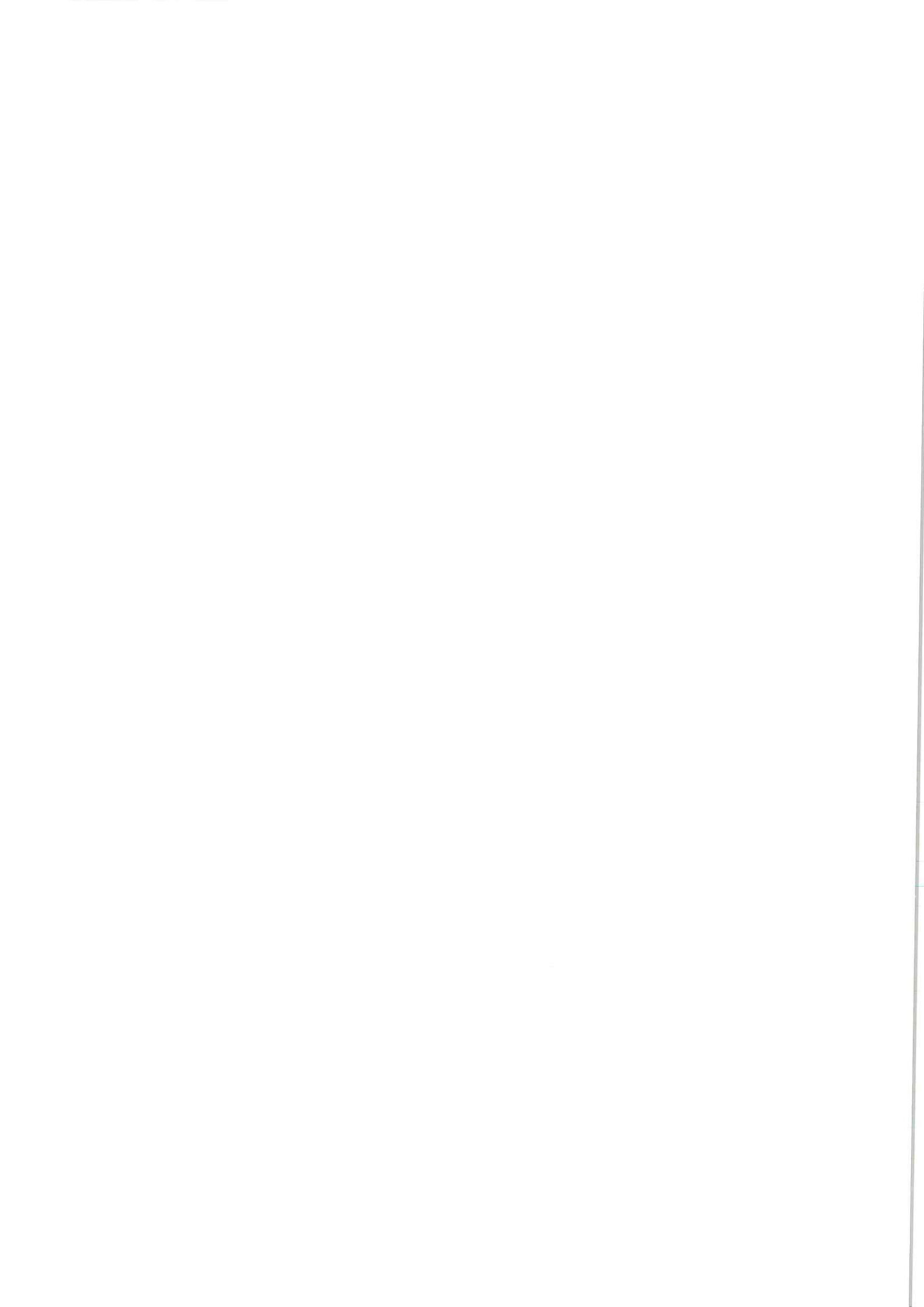
- 2º lugar Kata: Gabriel Ribeiro

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 27 de abril de 2023, delibera:

- Aprovar publicamente um Voto de Congratulação aos atletas do Clube Karaté de Tavira que subiram ao pódio neste Torneio, bem como aos seus treinadores e dirigentes;
- Enviar o presente Voto de Congratulação aos referidos atletas e ao Clube de Karaté de Tavira por estas conquistas;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, ao executivo da Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 27 de abril de 2023

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)





## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

### RECOMENDAÇÃO

Tavira sempre esteve ligada ao mar e à Ria Formosa

As atividades da pesca ininterruptas ao longo dos tempos, o acesso às suas ilhas e praias, as importantes comunidades piscatórias de Tavira, Santa Luzia, Cabanas e da Luz de Tavira, a zona das 4 Águas e a atividade náutica desportiva promovida especialmente pelo Clube Náutico de Tavira, com tantos prémios e campeões que ao longo do tempo foram e são orgulho dos tavirenses.

Destacamos como muito positivos os investimentos efetuados nos últimos anos, nomeadamente a requalificação da margem direita do Gilão em termos de espaço para barcos de pesca e travessia comercial para a praia, os novos cais na ilha de Tavira, Santa Luzia e Cabanas e outros investimentos necessários em termos de apoio aos pescadores.

Temos conhecimento e saudamos muito positivamente a enorme determinação e vontade do executivo, na pessoa da sua Presidente, Ana Paula Martins, de melhorar as condições da náutica no nosso concelho e desenvolver e implementar de forma determinada e progressiva uma estratégia de investimento público e privado nas condições de apoio à atividade piscatória e de desenvolvimento da náutica de recreio em termos futuros.



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Pelo que, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23 n.º 2 h) do Regimento da Assembleia Municipal de Tavira e do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, vêm recomendar ao Executivo que:

1. Desenvolva todos os esforços para que Tavira também seja reconhecido como um destino náutico de excelência;
2. Que na concretização deste objetivo, o executivo encete todos os esforços para que, nomeadamente, na revisão do atual Plano Diretor Municipal (PDM) e outros instrumentos de gestão territorial, se desenvolva um projeto de desenvolvimento a vários anos, que tenha uma linha orientadora, com tarefas a cumprir nas diferentes ações e objetivos;
3. Que os futuros investimentos a realizar, promovam a criação de lugares de amarração, em portos de recreio ou outros, desenvolvam as atividades de manutenção de embarcações, atividades marítimo-turísticas e oferta de serviços complementares;
4. Que se criem condições para a excelência da prática dos desportos náuticos; e,
5. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta de recomendação, para conhecimento e divulgação à Câmara Municipal de Tavira e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.



Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

**Assembleia Municipal de Tavira dia 27 de abril 2023**  
**Proposta nº 97/2023/CM – Prestação de contas de 2022**

**Declaração de Voto**

Após análise da Proposta n.º 97/2023/CM, referente à Prestação de contas de 2022, consideramos o seguinte:

- a) A proposta n.º 97/2023/CM, relativa à Prestação de Contas de 2022, tem como base um documento técnico que entendemos bem elaborado e estruturado, tal como também é expresso no relatório da Certificação Legal de Contas, onde se conclui que o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor, não tendo sido identificadas incorreções materiais;
- b) Reconhecemos que o documento revela uma melhoria significativa no rigor da apresentação da informação, em comparação com os anos anteriores;
- c) Não obstante não se levantar questões sobre o documento técnico, manifestamos, no entanto, reservas à execução política que esteve na sua base, sobretudo porque a execução da despesa total é de apenas 66,35%, e a execução da despesa de capital ficou-se pelos 45,19%, o que revela incapacidade de investimento no nosso concelho, com prejuízo para a vida dos munícipes. Trata-se de um exercício de gestão corrente, sem uma planificação estruturada e ambiciosa de investimento e onde predomina a ausência de um rumo claro e de decisões fundamentais ao desenvolvimento socioeconómico do nosso concelho;
- d) O Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras manifesta **opiniões com reservas**, da qual se destaca a preocupação que, em diversas intervenções e reiteradamente, temos vindo a manifestar relativamente à EMPET e que urge uma resolução:  
“Não foram obtidas as demonstrações financeiras aprovadas da empresa Municipal Empet, EM sociedade em liquidação, referentes aos Exercícios de 2021 e 2022. A informação que nos foi facultada, indica a existência de processos judiciais que transitam do passado, com decisão desfavorável para a Empet, EM. Por outro lado, a sociedade encontra-se em processo de liquidação, não tendo sido obtidos elementos que permitam concluir sobre a suficiência dos seus ativos para

liquidação dos passivos e das eventuais responsabilidades que lhe sejam imputadas. Neste sentido, não nos é possível pronunciar sobre a necessidade da constituição de eventuais provisões”;

- e) Sublinhamos, igualmente, a preocupação demonstrada no ponto 2. do Relatório sobre a auditoria das Demonstrações Financeiras, respeitante aos cerca de 30.000.000 euros em obras já executadas e ainda não incorporadas nas respetivas rúbricas do ativo e amortizadas.

“Os ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso, de cerca de 43.930.000 euros e 681.000 euros, respetivamente, incluem obras e projetos já concluídos num montante estimado de cerca de 30.000.000 euros, que por isso, deveriam ter sido transferidas para as respetivas rubricas do ativo e amortizadas. Não é possível quantificar o efeito destas situações que deveriam determinar uma redução do ativo, do resultado líquido e do património líquido”;

- f) Esta prestação de contas manifesta a total irrelevância da alteração orçamental, questionável desde o ponto de vista legal, feita em novembro, reforçando o orçamento desde o lado da receita. Ora, a baixa execução do lado da despesa, aliada à execução acima dos 100% das receitas, eram suficientes para dispensar qualquer alteração orçamental a data.

Face aos pontos indicados, não podemos concordar com a presente proposta de orçamento e apresentamos a presente Declaração de Voto Contra, relativamente à Proposta n.º 97/2023/CM – Prestação de contas de 2022.

Tavira, 27 de abril de 2023

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)